

São Martinho S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de março de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

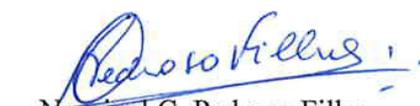
Aos Acionistas e Administradores da
São Martinho S.A.
Pradópolis - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da São Martinho S.A. (“Sociedade”) e controladas, levantados em 31 de março de 2009 e de 2008, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e controladas (controladora e consolidado) em 31 de março de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 12, “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem em alguns aspectos significativos das normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”). As informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças de práticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras. Conforme mencionado nessa nota explicativa, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o prejuízo líquido consolidado, determinados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS não representa uma adoção na íntegra do IFRS, pois a Sociedade não apresentou demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, a fim de incluir todas as divulgações necessárias, e não afirmou o pleno atendimento ao IFRS; portanto, em uma futura apresentação de demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, os saldos de abertura do patrimônio líquido apresentados nessa reconciliação poderão ser diferentes.

Campinas, 22 de maio de 2009 (exceto pelo descrito na nota explicativa nº 31, cuja data é 10 de agosto de 2009)


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Notirival C. Pedroso Filho
Contador
CRC nº 1 RJ 065177/T-6

SÃO MARTINHO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/09	31/03/08 (Ajustados)	31/03/09	31/03/08 (Ajustados)			31/03/09	31/03/08 (Ajustados)	31/03/09	31/03/08 (Ajustados)
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.676	20.557	190.063	72.534	Empréstimos e financiamentos	15	87.054	31.786	401.115	144.761
Contas a receber	5	9.980	-	45.544	-	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	6.269	-
Contas a receber - Copersucar	6	-	34.715	-	94.225	Fornecedores	16	16.916	11.367	76.150	55.705
Instrumentos financeiros derivativos	26	942	-	6.110	-	Obrigações - Copersucar	17	589	21.120	2.203	77.446
Estoques	7	63.264	38.273	296.404	173.625	Salários e contribuições sociais		7.300	5.019	34.932	23.158
Tributos a recuperar	8	13.862	13.182	52.972	42.006	Tributos a recolher		4.286	3.397	9.704	9.970
Outros ativos	10	2.641	3.449	10.900	15.350	Partes relacionadas	9	15.632	269	3.277	153
		119.365	110.176	601.993	397.740	Outros passivos	18	7.485	144	25.858	1.620
								139.262	73.102	559.508	312.813
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Exigível a longo prazo:					
Partes relacionadas	9	16.420	100.451	3.424	208	Empréstimos e financiamentos	15	41.099	48.792	730.486	409.637
Imobilizado destinado a venda		-	-	520	31.649	Obrigações - Copersucar	17	57.507	61.693	216.369	232.056
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	36.066	34.256	130.973	95.397	Impostos parcelados		8.963	9.136	8.963	9.136
Contas a receber - Copersucar	6	6.435	-	24.092	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	56.163	62.371	208.477	224.683
Tributos a recuperar	8	8.158	3.296	67.578	17.986	Provisão para contingências	25	8.839	7.071	74.127	70.165
Outros ativos	10	4	136	354	8.228	Outros passivos		2.160	-	3.318	1.557
Investimentos:								174.731	189.063	1.241.740	947.234
Em Sociedades controladas e coligadas	11.1	1.101.249	1.064.912	-	-	PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	-	18.243	7.611
Outros investimentos		3.430	40	3.482	167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Imobilizado	12	599.306	597.728	2.481.605	2.292.158	Capital social		360.000	360.000	360.000	360.000
Intangível	13	262	135	40.887	39.006	Reservas de reavaliação		1.117.599	1.161.846	1.117.599	1.161.846
Diferido	14	-	-	39.784	34.084	Reserva legal		5.079	5.079	5.079	5.079
		1.771.330	1.800.954	2.792.699	2.518.883	Reserva para orçamento de capital		95.923	97.656	94.422	97.656
						Ações em tesouraria		(1.899)	-	(1.899)	-
						Lucros acumulados		-	24.384	-	24.384
								1.576.702	1.648.965	1.575.201	1.648.965
TOTAL DO ATIVO		1.890.695	1.911.130	3.394.692	2.916.623	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.890.695	1.911.130	3.394.692	2.916.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO MARTINHO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2009	31/03/2008 (Ajustados)	31/03/2009	31/03/2008 (Ajustados)
RECEITA BRUTA DE VENDAS		203.523	214.711	867.629	787.424
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(25.080)	(18.733)	(93.186)	(75.004)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		178.443	195.978	774.443	712.420
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(161.337)	(186.381)	(637.041)	(623.583)
LUCRO BRUTO		17.106	9.597	137.402	88.837
(Despesas) receitas operacionais:					
Com vendas		(3.162)	(8.829)	(34.979)	(42.624)
Gerais e administrativas		(23.307)	(21.114)	(100.176)	(91.223)
Honorários da administração	27	(4.734)	(5.232)	(8.472)	(8.172)
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	(61.539)	(30.464)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	28	16.738	(6.843)	46.898	(9.141)
		(76.004)	(72.482)	(96.729)	(151.160)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos efeitos financeiros		(58.898)	(62.885)	40.673	(62.323)
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras		16.424	30.285	52.431	78.677
Despesas financeiras		(31.318)	(24.984)	(154.748)	(88.084)
Variação monetária e cambial ativa		4.649	2.140	44.653	9.374
Variação monetária e cambial passiva	29	(9.238)	(2.344)	(114.825)	(8.915)
		(19.483)	5.097	(172.489)	(8.948)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(78.381)	(57.788)	(131.816)	(71.271)
Imposto de renda e contribuição social - parcela corrente		-	(338)	(954)	(2.601)
Imposto de renda e contribuição social - parcela diferida	22	8.017	9.332	54.510	25.078
		8.017	8.994	53.556	22.477
Prejuízo antes da participação dos minoritários		(70.364)	(48.794)	(78.260)	(48.794)
Participação dos minoritários		-	-	6.395	-
Prejuízo do exercício		(70.364)	(48.794)	(71.865)	(48.794)
Prejuízo por ação componente do capital social no final do exercício - (em reais)		(1)	(0)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO MARTINHO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de reavaliação			Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Própria	Reflexa	Total	Reserva legal	Orçamento de capital			
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2007 (DIVULGADOS)		360.000	391.388	819.586	1.210.974	5.079	95.427	-	-	1.671.480
Ajuste de exercícios anteriores por mudança de prática contábil		-	-	-	-	-	-	-	26.279	26.279
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2007 (AJUSTADOS)		360.000	391.388	819.586	1.210.974	5.079	95.427	-	26.279	1.697.759
Realização da reserva de reavaliação		-	(12.987)	(36.141)	(49.128)	-	-	-	49.128	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(48.794)	(48.794)
Proposta de destinação do lucro acumulado:										
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	2.229	-	(2.229)	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 (AJUSTADOS)		360.000	378.401	783.445	1.161.846	5.079	97.656	-	24.384	1.648.965
Realização da reserva de reavaliação		-	(12.044)	(32.203)	(44.247)	-	-	-	44.247	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(70.364)	(70.364)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	-	-	-	(1.733)	-	1.733	-
Aquisição de ações de emissão própria	18	-	-	-	-	-	-	(1.899)	-	(1.899)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009		360.000	366.357	751.242	1.117.599	5.079	95.923	(1.899)	-	1.576.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO MARTINHO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/03/08 (Ajustados)	31/03/09	31/03/08 (Ajustados)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(70.364)	(48.794)	(71.865)	(48.794)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	61.539	30.464	-	-
Depreciação e amortização	47.855	57.549	202.506	191.215
Custo residual de investimento baixado	-	-	4.684	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado	346	453	9.691	3.995
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com partes relacionadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais a longo prazo	21.507	12.167	205.924	46.914
Provisão para contingências	3.398	1.843	12.252	6.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.017)	(9.332)	(54.191)	(25.078)
Ajuste a valor presente	1.664	971	4.544	2.871
Participação de minoritários	-	-	(6.395)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	24.251	(26.841)	46.432	(71.517)
Estoques	(17.227)	3.406	(86.019)	(12.266)
Tributos a recuperar	(5.542)	(5.122)	(60.558)	(13.781)
Partes relacionadas	(13.846)	(88.685)	(3.216)	17
Bens destinados a venda	-	-	15.764	-
Instrumentos financeiros derivativos	(942)	-	(6.110)	-
Outros ativos circulantes	808	2.075	4.450	6.300
Outros ativos não circulantes	(6.325)	(166)	(17.235)	(14.105)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	5.532	(2.856)	20.422	237
Salários e contribuições sociais	2.281	(424)	11.774	3.094
Tributos a recolher	254	827	(4.243)	3.087
Impostos parcelados	(1.142)	9.136	(2.555)	9.136
Partes relacionadas	15.363	(38.974)	2.825	107
Provisão para contingências	(2.604)	(2.255)	(15.468)	(9.775)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	6.269	-
Outros passivos circulantes	7.341	(2.019)	24.238	(1.394)
Outros passivos não circulantes	2.160	-	1.761	(151)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	68.290	(106.577)	245.681	76.226
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicação de recursos em investimentos	(3.390)	(51.458)	(3.315)	(24)
Aplicação de recursos em investimentos - ágio	-	-	-	(21.882)
Adições ao imobilizado, intangível e diferido	(57.649)	(60.978)	(431.960)	(634.074)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(61.039)	(112.436)	(435.275)	(655.980)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Adição de financiamentos por aquisição de investimentos	-	-	-	18.402
Adição de Obrigação Copersucar por aquisição de investimentos	-	-	-	10.304
Captação de financiamentos - terceiros	80.621	24.654	774.480	400.026
Captação (pagamento) de financiamentos - Copersucar	(27.858)	17.314	(102.615)	63.815
Pagamento de financiamentos - terceiros	(49.996)	(52.872)	(379.870)	(187.223)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(20.000)	-	(20.000)
Aquisição de ações de emissão própria	(1.899)	-	(1.899)	-
Participação de minoritários	-	-	17.027	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	868	(30.904)	307.123	285.324
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.119	(249.917)	117.529	(294.430)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	20.557	270.474	72.534	366.964
Saldo final	28.676	20.557	190.063	72.534
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.119	(249.917)	117.529	(294.430)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
Juros pagos durante o exercício	(5.972)	(7.457)	(48.259)	(40.433)
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado	3.839	1.266	20.331	17.285
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no exercício	(343)	-	(4.658)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO MARTINHO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	203.628	215.585	867.687	790.298
Outras receitas	16.633	3.413	67.088	9.934
Receita referente a construção de ativos próprios	36.793	36.683	172.673	107.555
	<u>257.054</u>	<u>255.681</u>	<u>1.107.448</u>	<u>907.787</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(45.119)	(67.411)	(223.444)	(224.989)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.290)	(78.025)	(300.425)	(254.609)
Perda de valores ativos	-	-	(9.535)	(852)
	<u>(118.409)</u>	<u>(145.436)</u>	<u>(533.404)</u>	<u>(480.450)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>138.645</u>	<u>110.245</u>	<u>574.044</u>	<u>427.337</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(47.855)</u>	<u>(57.549)</u>	<u>(202.506)</u>	<u>(191.215)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>90.790</u>	<u>52.696</u>	<u>371.538</u>	<u>236.122</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(61.539)	(30.464)	-	-
Receitas financeiras	21.073	32.425	97.084	88.051
Outras	157	113	445	1.090
	<u>(40.309)</u>	<u>2.074</u>	<u>97.529</u>	<u>89.141</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>50.481</u>	<u>54.770</u>	<u>469.067</u>	<u>325.263</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração direta	35.932	33.877	143.614	130.861
Benefícios	12.305	7.904	50.488	30.855
FGTS	3.492	2.986	12.197	12.876
Honorários	4.734	5.232	8.472	8.172
	<u>56.463</u>	<u>49.999</u>	<u>214.771</u>	<u>182.764</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	13.569	9.129	14.946	41.599
Estaduais	10.372	13.435	46.082	49.424
Municipais	8	34	156	121
	<u>23.949</u>	<u>22.598</u>	<u>61.184</u>	<u>91.144</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	18.335	28.313	103.648	87.283
Aluguéis	79	74	810	2.969
Variação cambial	9.238	2.344	114.825	8.915
Outras	12.781	236	52.089	982
	<u>40.433</u>	<u>30.967</u>	<u>271.372</u>	<u>100.149</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(70.364)	(48.794)	(71.865)	(48.794)
Participação dos minoritários	-	-	(6.395)	-
	<u>(70.364)</u>	<u>(48.794)</u>	<u>(78.260)</u>	<u>(48.794)</u>
	<u>50.481</u>	<u>54.770</u>	<u>469.067</u>	<u>325.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO MARTINHO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Operações

A São Martinho S.A. (“Sociedade”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; co-geração de energia elétrica; a exploração agrícola e pecuária; a importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 69% (60% no consolidado) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 31% (40% no consolidado) de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e álcool. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente de variação da oferta e demanda normais do mercado.

1.2. Desligamento da Copersucar

Até 31 de março de 2008, a Sociedade, sua controlada direta Usina São Martinho S.A. (“USM”) e sua controlada em conjunto indireta Usina Santa Luiza S.A. (“USL”) eram associadas à Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. - Copersucar (também denominada “Cooperativa”), cujo ato cooperado firmado entre as partes implicava na disponibilização imediata e definitiva da totalidade da produção de açúcar e álcool para a Copersucar.

Em 25 de fevereiro de 2008 a Sociedade, a USM e a USL vieram a público informar que seus Conselhos de Administração aprovaram a apresentação de pedido de desligamento do quadro de cooperados da Copersucar. O desligamento, nos termos do Estatuto da Copersucar, ocorreu no final da safra 2007/2008, e visa possibilitar a migração da sua produção para produtos de maior valor agregado e decorre de estratégias comerciais diferentes das entidades.

Os termos e condições do desligamento foram negociados mediante a liquidação ou assunção dos compromissos perante a Cooperativa ou perante terceiros com a co-responsabilidade desta, originados até a data do desligamento, mesmo que sua conclusão ultrapasse tal data. Ficou assegurado à Sociedade, a USM e a USL o direito de participação proporcional no resultado de ações indenizatórias movidas pela Copersucar, mesmo que concluídas após a data do desligamento.

A Sociedade, a USM e a USL assumiram responsabilidade sobre a parcela proporcional ao seu volume de operações durante o período em que eram parte do conjunto de cooperados no que se refere a ações judiciais nas quais a Copersucar discute tributos, conforme especificado na nota explicativa nº. 25.

Após o desligamento, a comercialização da produção de açúcar e álcool e a conseqüente administração dos riscos de crédito passam a ser efetuadas pela própria Sociedade e controladas.

A produção disponibilizada para a Copersucar permanecia fisicamente nos armazéns das Sociedades e controladas, os quais tinham seu direito de uso cedido para a Copersucar em comodato, sem remuneração. Os Diretores Agro-industriais das Sociedades permaneciam como fiéis depositários dos estoques mantidos em seus armazéns. A retirada da produção em decorrência da sua comercialização pela Copersucar ocorria de acordo com a logística determinada pela Cooperativa.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2008, as receitas decorrentes das operações com a Copersucar representaram aproximadamente 94% do faturamento individual da Sociedade, sendo 93% no consolidado. As despesas com vendas e administrativas provenientes do rateio da Cooperativa representaram 29% das despesas operacionais registradas pela Sociedade, sendo 37% no consolidado. Essas despesas compreendem gastos com o processo de vendas, com logística e distribuição, despesas administrativas e portuárias.

1.3. Aumento da participação na controlada em conjunto indireta Mogi Agrícola S.A. (“Mogi”)

Em 17 de maio de 2008, ocorreu a liquidação de mútuo com acionista da Mogi, no valor de R\$ 7.233, mediante troca de 2.039.056 ações da Mogi. Em 17 de maio de 2006, quando foi celebrado o contrato de mútuo, a USM já considerou o aumento de sua participação no capital social da Mogi de 30,86% para 46,02% em virtude do contrato já prever que a liquidação do mútuo seria realizada com a troca de ações.

As aquisições de participações na Mogi resultaram em apuração de deságio de R\$ 358 sobre o investimento.

1.4. Aquisições de empresas seguida de cisão e incorporação da controlada em conjunto indireta Etanol Participações S.A. (“EP”)

Em 12 de abril de 2007 a EP, uma holding formada pela USM, juntamente com a Cosan S.A. Indústria e Comércio e a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool, com as respectivas participações de 41,67%, 33,33% e 25,00%, adquiriu a USL, cuja gestão ocorreu de forma conjunta, contemplando um conselho de administração e uma diretoria com representantes de cada acionista. O valor da aquisição da USL foi de R\$ 184.080. A EP também adquiriu a Agropecuária Aquidaban S.A. (“AA”) dos mesmos acionistas da USL, pelo valor de R\$ 61.360.

Visando a consecução de um dos objetivos da aquisição em referência, relacionado à obtenção de sinergias operacionais e administrativas, em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado a decisão de absorver as atividades operacionais da USL e AA, cujas atividades passaram a ser desenvolvidas diretamente pelos acionistas, conforme suas participações no capital da EP, a partir da safra 2008/2009.

Em 21 de dezembro de 2007, a USM e os demais acionistas da EP deliberaram quanto à cisão total dos ativos e passivos da EP, os quais foram vertidos para as empresas USL e AA. Referida cisão seguida de incorporação foi aprovada por Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 21 de dezembro de 2007. O acervo líquido cindido e incorporado, determinado por laudo de avaliação a valores contábeis preparado por peritos independentes, foi de R\$ 226.948 na data-base de 31 de outubro de 2007.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008, foi deliberada a incorporação da controlada em conjunto AA ao patrimônio da USL. Em seguida, foi deliberada a cisão parcial da USL, cujo acervo líquido cindido foi incorporado pela USM e pelos demais acionistas da USL, com base em suas respectivas participações acionárias.

1.5. Aumento de capital e de participação na controlada Usina Boa Vista S.A. (“UBV”)

Em reunião do Conselho da Administração realizada em 23 de julho de 2008, foi aprovado o aumento do capital social da controlada UBV, no montante de R\$ 170.274. Com esta alteração, o capital social da controlada passou de R\$ 71.726 para R\$ 242.000, mediante subscrição de 170.273.733 novas ações ordinárias.

A integralização ocorreu principalmente com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 97.876 efetivado pela Sociedade e R\$ 55.370 pela USM, e por recursos aportados pela Mitsubishi Corporation, no montante de R\$ 17.027.

Com este aumento de capital, a Sociedade elevou sua participação na UBV de 27% para 48,45%, passando a ser a controladora da unidade por deter o controle de suas ações ordinárias. Com esta alteração de capital, a controlada USM reduziu sua participação na UBV de 63% para 41,55%, deixando assim de ser a controladora da unidade. No entanto, o percentual de participação no consolidado não sofreu alterações.

1.6. Constituição e alienação da Santa Cecília Agroindustrial S.A. (“SCA”)

Objetivando proporcionar alternativas à exploração e gestão dos ativos integralizados pelos acionistas na cisão da USL, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.4., em 31 de julho de 2008, a USM, juntamente com a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool e a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool constituíram a SCA, com integralização de parte do acervo líquido cindido da USL. A parcela do capital social relativa à controlada é de R\$ 20.448, representando uma participação acionária de 41,67%.

Em 14 de janeiro de 2008, a controlada e os demais acionistas da SCA, decidiram pela alienação do investimento mantido na controlada em conjunto indireta, mediante venda da totalidade de ações para a Nova Mucuri Participações S.A., pelo valor de R\$ 37.829. O resultado obtido pela alienação do investimento foi uma perda de R\$ 11.242, sendo que a parcela atribuída à controlada proporcional a sua participação acionária na SCA foi de R\$ 4.684, registrada na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas” no resultado do exercício.

1.7. Acordo de constituição do Consórcio Allicom

Em 22 de setembro de 2008, a Sociedade, a USM e a UBV, juntamente com a USJ Açúcar e Álcool S.A. (“USJ”) e a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) firmaram acordo para a constituição do Consórcio Allicom, que tem como objeto social cuidar de aspectos operacionais relacionados à comercialização de açúcar e etanol para os consorciados, tais como negociações de preços, prazos e quantidades de produtos, execução de operações de hedge de açúcar e etanol sob orientações estratégicas individuais de cada consorciado, além de buscar a identificação de oportunidades de negócios para a comercialização da produção dos consorciados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Cada consorciado é responsável pelo gerenciamento direto dos seus contratos de venda.

O consórcio é gerido por um Conselho Diretivo, composto por um representante de cada consorciado. Os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações do consórcio são suportados pelos consorciados proporcionalmente à sua participação percentual no volume comercializado através da Allicom. A Allicom não tem ativos e passivos próprios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e já contemplam as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº. 449/08 de 3 de dezembro de 2008, as quais alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei nº. 6.404/76. Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante o ano de 2008, foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para os exercícios encerrados após 1º de janeiro de 2008.

As principais modificações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07, pela Medida Provisória nº. 449 e pelos novos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, aplicáveis à Sociedade em 31 de março de 2009 são as seguintes:

- (i) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo não circulante, conforme o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (requerida somente para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de março de 2009), com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação e amortização é revisado e ajustado. As análises efetuadas no exercício corrente não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.
- (ii) O ágio por expectativa de rentabilidade futura foi amortizado pelo método linear até 31 de março de 2009. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixa de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social que se inicia em 1º de abril de 2009, e passa a ser analisado periodicamente quanto a capacidade de recuperação. As análises efetuadas no exercício corrente não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

- (iii) Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada conforme o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a qual está sendo apresentada também de forma comparativa.
- (iv) Criação do subgrupo de contas “Intangível”, no ativo não circulante, conforme o CPC 4 - Ativo intangível. Neste grupo de contas foram reclassificados os direitos de uso de software e o ágio originado da aquisição da USL.
- (v) Conforme permitido pela MP 449/08, a Sociedade optou por manter certos gastos pré-operacionais na rubrica de ativo diferido no Consolidado, até a sua completa amortização, sujeito à análise sobre a sua capacidade de recuperação nos termos do CPC 01.
- (vi) Ampliação da divulgação sobre saldos e transações com partes relacionadas, conforme o CPC 05 - Partes Relacionadas.
- (vii) Obrigatoriedade de registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Sociedade, inclusive os decorrentes de arrendamento mercantil, classificados como leasing financeiro, conforme o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. Os contratos vigentes em 31 de março de 2008 já estavam sendo reconhecidos conforme determina o CPC 06.
- (viii) Revogação da possibilidade de registrar subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta do patrimônio líquido, conforme o CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica “Impostos incidentes sobre vendas” no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, dos lucros acumulados para constituição da “Reserva de incentivos fiscais”.
- (ix) Inclusão da demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada conforme o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual está sendo apresentada também de forma comparativa.
- (x) As transações com funcionários, administradores e terceiros, liquidados pela entrega de instrumentos patrimoniais da Sociedade, incluindo plano de opções de ações, nas quais a Sociedade recebe produtos ou serviços em contrapartida a esses instrumentos patrimoniais, devem ser reconhecidos como despesas de acordo com sua natureza., conforme o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações.
- (xi) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, conforme o CPC 12 - Ajuste a valor presente (AVP). A Administração da Sociedade avaliou os impactos decorrentes desta alteração e realizou os ajustes necessários nas demonstrações financeiras decorrentes de desconto a valor presente de ativos e passivos.

- (xii) Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, quando se tratar de aplicações que serão mantidas até a data de vencimento, conforme o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, conforme mencionado na nota explicativa nº. 26.
- (xiii) Reclassificação em 31 de março de 2008 do saldo anteriormente classificado como “Resultado não operacional” para a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, conforme a MP 449/08.
- (xiv) Extinção da reavaliação de ativos, facultando à empresa manter o saldo de reserva de reavaliação já existente até sua efetiva realização ou estornar esse saldo até o final do exercício corrente. A Sociedade e suas controladas optaram por manter o saldo de reserva de reavaliação até a sua efetiva realização.

Em virtude das modificações mencionadas acima, conforme a respectiva Lei, MP e CPCs, foram realizados ajustes retroativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2008, apresentados para fins de comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2009, conforme segue:

Resultado do exercício findo em 31 de março de 2008:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/03/2008</u> (Antes da Lei nº. 11.638)	<u>Ajustes</u>	<u>31/03/2008</u> (Após Lei nº. 11.638)	<u>31/03/2008</u> (Antes da Lei nº. 11.638)	<u>Ajustes</u>	<u>31/03/2008</u> (Após Lei nº. 11.638)
Lucro bruto	9.597	-	9.597	88.837	-	88.837
(Desp.) receitas operacionais:						
Com vendas	(8.829)	-	(8.829)	(42.624)	-	(42.624)
Gerais e Administrativas	(21.114)	-	(21.114)	(91.223)	-	(91.223)
Honorários	(5.232)	-	(5.232)	(8.172)	-	(8.172)
Equivalência patrimonial	(29.210)	(1.254) (c)	(30.464)	-	-	-
Outras	<u>(7.458)</u>	<u>615</u> (b)	<u>(6.843)</u>	<u>(9.938)</u>	<u>797</u> (b)	<u>(9.141)</u>
	<u>(71.843)</u>	<u>(639)</u>	<u>(72.482)</u>	<u>(151.957)</u>	<u>797</u>	<u>(151.160)</u>
Prejuízo antes dos efeitos financeiros	(62.246)	(639)	(62.885)	(63.120)	797	(62.323)
Receitas (despesas) financeiras	6.068	(971) (c)	5.097	(6.077)	(2.871) (c)	(8.948)
Prejuízo operacional	(56.178)	(1.610)	(57.788)	(69.197)	(2.074)	(71.271)
Resultado não operacional	615	(615) (b)	-	797	(797) (b)	-
Prejuízo antes dos impostos	(55.563)	(2.225)	(57.788)	(68.400)	(2.871)	(71.271)
Imposto de renda e contribuição social	<u>8.664</u>	<u>330</u> (d)	<u>8.994</u>	<u>21.501</u>	<u>976</u> (d)	<u>22.477</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(46.899)</u>	<u>(1.895)</u>	<u>(48.794)</u>	<u>(46.899)</u>	<u>(1.895)</u>	<u>(48.794)</u>

São Martinho S.A.

Ativos e passivos em 31 de março de 2008:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/03/2008</u> (Antes da Lei nº. 11.638)	<u>Ajustes</u>	<u>31/03/2008</u> (Após Lei nº. 11.638)	<u>31/03/2008</u> (Antes da Lei nº. 11.638)	<u>Ajustes</u>	<u>31/03/2008</u> (Após Lei nº. 11.638)
ATIVO						
Circulante	110.176	-	110.176	397.740	-	397.740
Não circulante:						
Realizável a longo prazo	138.139	-	138.139	153.468	-	153.468
Investimentos:						
Em Sociedades coligadas	1.049.186	15.726 (a)	1.064.912	-	-	-
Em Sociedades coligadas -ágio	-	-	-	38.691	(38.691) (e)	-
Outros investimentos	40	-	40	167	-	167
Imobilizado	597.863	(135) (f)	597.728	2.292.442	(284) (f)	2.292.158
Intangível	-	135 (f)	135	-	39.006 (e) (f)	39.006
Diferido	-	-	-	34.115	(31) (f)	34.084
	<u>1.785.228</u>	<u>15.726</u>	<u>1.800.954</u>	<u>2.518.883</u>	<u>-</u>	<u>2.518.883</u>
Total do ativo	<u>1.895.404</u>	<u>15.726</u>	<u>1.911.130</u>	<u>2.916.623</u>	<u>-</u>	<u>2.916.623</u>
PASSIVO						
Circulante	73.102	-	73.102	312.813	-	312.813
Não circulante:						
Empréstimos e financiamentos	61.911	(13.119) (g)	48.792	446.583	(36.946) (g)	409.637
Obrigações Copersucar	61.693	-	61.693	232.056	-	232.056
Impostos parcelados	9.136	-	9.136	9.136	-	9.136
IR e CS diferidos	57.910	4.461 (d)	62.371	212.121	12.562 (d)	224.683
Provisão para contingências	7.071	-	7.071	70.165	-	70.165
Outros passivos	-	-	-	1.557	-	1.557
	<u>197.721</u>	<u>(8.658)</u>	<u>189.063</u>	<u>971.618</u>	<u>(24.384)</u>	<u>947.234</u>
Participação dos minoritários	-	-	-	7.611	-	7.611
Patrimônio líquido:						
Capital social	360.000	-	360.000	360.000	-	360.000
Reserva de reavaliação	1.161.846	-	1.161.846	1.161.846	-	1.161.846
Reserva legal	5.079	-	5.079	5.079	-	5.079
Reserva para orçamento de capital	<u>97.656</u>	<u>24.384</u> (a) (d) (g)	<u>122.040</u>	<u>97.656</u>	<u>24.384</u> (a) (d) (g)	<u>122.040</u>
	<u>1.624.581</u>	<u>24.384</u>	<u>1.648.965</u>	<u>1.624.581</u>	<u>24.384</u>	<u>1.648.965</u>
Total do passivo	<u>1.895.404</u>	<u>15.726</u>	<u>1.911.130</u>	<u>2.916.623</u>	<u>-</u>	<u>2.916.623</u>

- (a) Equivalência patrimonial, apurada sobre ajuste a valor presente em controlada.
- (b) Reclassificação de resultado não operacional, para o grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.
- (c) Impacto do ajuste a valor presente sobre o resultado do exercício.
- (d) Imposto de renda e contribuição social - parcela diferida sobre o ajuste a valor presente.
- (e) Reclassificação do ágio para o intangível.
- (f) Reclassificação de software para o intangível.
- (g) Ajuste a valor presente apurado sobre empréstimos e financiamentos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), contemplando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir:

- (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa: Representados por dinheiro em caixa, depósitos em conta corrente e aplicações financeiras sem riscos relevantes de mudança de valor. As aplicações financeiras são representadas por títulos e valores mobiliários, registradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, não excedendo seus valores de mercado.
- (c) Contas a receber: Refere-se a contas a receber de clientes no mercado interno e externo, ajustados quando aplicável por variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.
- (d) Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla gastos incorridos na aquisição e despesas gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar são demonstrados como tratos culturais, na rubrica cana-de-açúcar - lavoura e são apropriados ao custo (resultado) por ocasião da colheita da respectiva safra.
- (e) Investimentos: Os investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas (nas quais a sociedade possui influência significativa) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos de possíveis provisões para perdas. O deságio e a provisão para passivo a descoberto de investidas indiretas foram reclassificados para o passivo circulante.

- (f) Imobilizado: Demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação para os grupos de terras, edificações, veículos e equipamentos e instalações industriais e agrícolas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº. 12. A depreciação dos custos de formação das lavouras de cana-de-açúcar é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cinco a sete anos, após o início dos cortes. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.
- (g) Intangível: Demonstrado ao custo de aquisição, cuja amortização ocorre de forma linear considerando-se o prazo estimado de sua utilização e benefícios a serem auferidos. O ágio atribuído à rentabilidade futura, originado pelas aquisições efetuadas através da EP (vide nota explicativa nº. 1.4.) foi amortizado até 31 de março de 2009, segundo as projeções de rentabilidade futura proporcionada por tais aquisições, e não mais será amortizado, e o ágio vinculado a outros ativos é amortizado de acordo com a depreciação ou baixa dos mesmos.
- (h) Diferido: Refere-se a despesas pré-operacionais incorridas na construção da planta industrial da UBV. A amortização é realizada em dez anos, de forma proporcional à utilização da capacidade de produção esperada no período.
- (i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias correspondentes.
- (j) Provisão para contingências: Constituída por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (k) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária ou cambial, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas nos resultados dos exercícios.
- (l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro tributável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e de 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados sobre as diferenças temporárias entre as bases contábeis e tributáveis de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa de contribuição social com compensação limitada a 30% do lucro real, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 22.
- (m) Reservas de reavaliação: As reservas de reavaliação, própria e de controladas, são realizadas na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Quando aplicável, é constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

- (n) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescido, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no resultado numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido.
- (o) Subvenção governamental: A UBV possui programa de incentivos fiscais estaduais na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS, com redução parcial deste, cujas condições existentes referem-se a fatos sob controle da controlada. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é registrado no resultado do exercício e é constituída reserva para incentivos fiscais a partir da rubrica de lucros acumulados, conforme mencionado na nota explicativa nº. 23.
- (p) Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade e suas controladas o uso de estimativas e de premissas para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à mensuração dos instrumentos financeiros, benefícios a empregados, determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, registro de provisão para redução dos estoques a valor de realização, constituição de provisões necessárias para contingências, provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e impostos diferidos ativos. Os resultados dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas.
- (q) Prejuízo por ação: É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2009 e de 2008 observam os percentuais de participação em controladas em vigor nas respectivas datas e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas:

Empresa	Atividades principais
USM - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, co-geração de energia elétrica, exploração agrícola e pecuária, importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima e participação em sociedades.
UBV - participação de 48,45% no capital social em 31 de março de 2009 e 27% em 31 de março de 2008 (90% incluindo a participação da USM).	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio álcool e seus derivados, co-geração de energia elétrica, exploração agrícola e pecuária, importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima e participação em sociedades.

<u>Empresa</u>	<u>Atividades principais</u>
Omtek Indústria e Comércio Ltda. (“Omtek”)- participação de 99,99% no capital social (100% incluindo a participação da USM).	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melaço de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.

As demonstrações financeiras da USM são consolidadas previamente à consolidação efetuada pela Sociedade, utilizando práticas contábeis e critérios de consolidação consistentes com as utilizadas pela Sociedade.

A consolidação da USM compreende as seguintes controladas:

- Mogi - 46,02% de participação no capital social;
- USL - 41,67% de participação no capital social;
- UBV - 41,55% de participação no capital social;
- SMBJ - Agroindustrial S.A. (“SMBJ”) - 99,9% de participação no capital social.

Em 31 de março de 2008, a UBV encontrava-se em fase pré-operacional. A consolidação respectiva foi elaborada à razão de 100%, em função da Sociedade deter na respectiva data base o controle de suas ações ordinárias, havendo destaque de participação minoritária nas demonstrações financeiras consolidadas, calculada de acordo com o percentual de participação dos demais acionistas em seu capital social, que era de 10%. A Omtek caracteriza-se como controlada da Sociedade.

Adicionalmente, os seguintes principais procedimentos de consolidação foram adotados:

- a) Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas.
- b) Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial.
- c) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas e eventuais lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades.
- d) Reclassificação de deságio em controladas indiretas para o grupo do passivo exigível a longo prazo - outros e de ágio em controladas indiretas para linha específica no grupo do intangível.

As demonstrações financeiras em 31 de março de 2009 e de 2008 da USM e UBV foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da Sociedade. As demonstrações financeiras da Omtek, da Mogi, da USL e da SMBJ foram revisadas de forma limitada pelos mesmos auditores independentes da Sociedade. As demonstrações financeiras em 31 de março de 2008 da USL e da AA foram examinadas por outros auditores independentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		<u>Controladora</u>	
		<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
	<u>Rendimentos</u>		
Caixa e bancos		28.676	357
Aplicações financeiras:			
Debêntures compromissadas	101,16% da variação do CDI - taxa média ponderada	-	6.918
CDB	101,32% da variação do CDI - taxa média ponderada	-	<u>13.282</u>
Total		<u>28.676</u>	<u>20.557</u>
		<u>Consolidado</u>	
	<u>Rendimentos</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Caixa e bancos		137.279	14.320
Aplicações financeiras:			
Fundos de renda variável	100,20% da variação do CDI	-	385
Debêntures compromissadas	De 100,18% a 101,16% da variação do CDI - taxa média ponderada	14.528	22.488
CDB	101,72% da variação do CDI - taxa média ponderada	36.904	34.376
Conta Remunerada SWEEP	Variação do dólar norte-americano + (taxa variável de 1,45% a 2,55% a.a.)	<u>1.352</u>	<u>965</u>
Total		<u>190.063</u>	<u>72.534</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos apresentam-se com valores significativos em 31 de março de 2009 em função do fluxo normal das operações da Sociedade e controladas e da utilização para pagamentos de compromissos no início do mês subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras.

As operações e debêntures compromissadas representam aplicações de renda fixa lastreadas em títulos públicos, com a garantia de rendimento pré-fixado, conforme especificado acima, independentemente de variação na rentabilidade dos títulos adquiridos. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2009</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Clientes mercado interno	9.980	44.235
Clientes mercado externo	-	<u>1.309</u>
	<u>9.980</u>	<u>45.544</u>

Para o exercício findo em 31 de março de 2009, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/03/09</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	745	3.544
De 31 a 60 dias	-	1.426
Acima de 61 dias	112	169
A vencer:		
Em até 30 dias	7.998	33.720
De 31 a 60 dias	983	3.608
Acima de 61 dias	142	3.077
Total	<u>9.980</u>	<u>45.544</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 20 dias (19 dias no consolidado). O saldo de contas a receber com prazo superior a 60 dias refere-se substancialmente a valores a receber provenientes da prestação de serviços de plantio a terceiros, cujo recebimento ocorrerá durante a safra 2009/2010, quando ocorrerá a maturação da cana-de-açúcar respectiva.

6. CONTAS A RECEBER DA COPERSUCAR

As contas a receber da Copersucar possuíam a característica de conta-corrente, compreendendo valores a receber por rateios de vendas de produtos e a deduzir por rateios de despesas e por adiantamentos.

7. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Produtos acabados e em elaboração	21.090	-
Cana-de-açúcar - tratos culturais	32.073	28.276
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	3.144	3.694
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	<u>6.957</u>	<u>6.303</u>
	<u>63.264</u>	<u>38.273</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Produtos acabados e em elaboração	102.986	4.551
Sal sódico - RNA	6.572	6.139
Cana-de-açúcar - tratos culturais	117.090	103.480
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	42.562	25.498
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	33.642	35.523
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	<u>(6.448)</u>	<u>(1.566)</u>
	<u>296.404</u>	<u>173.625</u>

Para a Sociedade e a USM, a negociação para o desligamento da Copersucar em 31 de março de 2008 compreendeu a venda antecipada de todo o estoque de açúcar e álcool existente naquela data, ao preço médio vigente durante o mês de março de 2008. O estoque relativo à USL foi comercializado junto à Cooperativa durante o mês de abril de 2008.

Pelo fato da produção da Sociedade, da USM e da USL até 31 de março de 2008, ser imediatamente disponibilizada à Copersucar e a logística de distribuição das vendas a clientes pela Cooperativa não ser necessariamente vinculada às vendas proporcionalmente atribuídas às Sociedades e, ainda, considerando-se a venda de parte substancial do estoque existente em 31 de março de 2008, conforme comentado no parágrafo anterior, a quantidade em estoque de açúcar e álcool mantida sob a guarda física das Sociedades divergia da quantidade representativa do saldo contábil dos estoques.

Em 31 de março de 2008, a Sociedade, a USM e a USL detinham a guarda física de aproximadamente R\$ 39.897, em estoques de açúcar e álcool, avaliados ao custo médio de produção, as quais eram responsáveis pelo risco da guarda física dos estoques disponibilizados à Copersucar, que era mitigado através da contratação de seguros, ficando os custos a cargo das Sociedades.

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.2., a Sociedade ofereceu em penhor à Copersucar 8.908 m³ de Álcool Anidro Carburante (25.757 m³ no consolidado).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	10.538	7.029
IRPJ	4.724	3.022
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	3.737	3.915
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	2.102	1.528
CSLL	872	106
ICMS	-	20
Outros	<u>47</u>	<u>858</u>
	<u>22.020</u>	<u>16.478</u>
Ativo circulante	13.862	13.182
Ativo não circulante	8.158	3.296
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	62.777	12.138
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	23.480	22.540
IRPJ	9.573	9.371
CSLL	1.854	3.399
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	12.946	2.899
ICMS	7.765	7.081
Outros	<u>2.155</u>	<u>2.564</u>
	<u>120.550</u>	<u>59.992</u>
Ativo circulante	52.972	42.006
Ativo não circulante	67.578	17.986

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis, aquisições de ativo imobilizado e de antecipações. Os mesmos são considerados realizáveis pela Administração no curso normal das operações da Sociedade e controladas.

Com a promulgação da Lei n°. 11.727/08, em vigor a partir de 1° de outubro de 2008, foi modificada a forma de tributação do PIS e da COFINS na produção e comercialização de álcool, passando para o regime da não comutatividade. Esta alteração conferiu o direito a crédito presumido do PIS e da COFINS equivalente a R\$ 48,00 por m³ de álcool que estava em estoque em 30 de setembro de 2008 e crédito do PIS e da COFINS sobre o saldo a depreciar de bens do ativo imobilizado adquiridos de 1° de maio de 2004 a 30 de setembro de 2008, proporcional à produção de álcool no período. O valor dos créditos apurados pela Sociedade e suas controladas foi de R\$ 48.700, os quais poderão ser apropriados em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses. A compensação se dará com débitos relativos à Contribuição para o PIS e para a COFINS apurados no regime da não comutatividade. Os créditos foram reconhecidos no exercício findo em 31 de março de 2009 em contrapartida de redução dos saldos de estoques e imobilizado.

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos da controladora e do consolidado:

	Controladora			
	31/03/2009		31/03/2008	
	Ativo realizável a longo prazo	Passivo circulante	Ativo realizável a longo prazo	Passivo circulante
De controladas:				
USM	4.614	9.716	40	269
Omtex	11.768	-	2.511	-
UBV	<u>38</u>	<u>5.916</u>	<u>97.900</u>	<u>-</u>
Subtotal	16.420	15.632	100.451	269
De acionistas, decorrente de compra de cana-de-açúcar (fornecedores)	<u>-</u>	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>579</u>
	<u>16.420</u>	<u>15.825</u>	<u>100.451</u>	<u>848</u>
	Consolidado			
	31/03/2009		31/03/2008	
	Ativo realizável a longo prazo	Passivo circulante	Ativo realizável a longo prazo	Passivo circulante
De controlada e controlada indireta:				
Mogi	-	26	1	93
AA	-	-	-	57
USL	-	3.251	9	3
Santa Cruz S.A. - Açúcar e Álcool	1.393	-	-	-
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Álcool	<u>1.856</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Sub-total	3.249	3.277	10	153
De acionistas, decorrente de arrendamento de terra (outros ativos não circulantes)	175	-	198	-
De acionistas, decorrentes de compra de cana-de-açúcar (fornecedores)	<u>-</u>	<u>959</u>	<u>-</u>	<u>1.209</u>
	<u>3.424</u>	<u>4.236</u>	<u>208</u>	<u>1.362</u>

Os saldos mantidos com controladas em 31 de março de 2009 referem-se a contratos de mútuo com vencimento a cada 31 de dezembro, prorrogáveis por mais um ano, sobre os quais incidem encargos equivalentes a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e outras transações mercantis entre as Sociedades.

O prazo máximo estimado para a liquidação de todos os saldos de longo prazo com as partes relacionadas é de 24 meses. As compras de cana-de-açúcar de acionistas observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

Os saldos mantidos com a controlada UBV em 31 de março de 2008 referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital, e com as demais controladas a outras transações mercantis entre as Sociedades.

b) Transações da controladora

	31/03/2009					
	<u>Receita financeira</u>	<u>Despesa administrativa e financeira</u>	<u>Receita de vendas</u>	<u>Despesas rateadas de controladas</u>	<u>Despesas reembolsadas por controladas</u>	<u>Compra de produtos e serviços</u>
USM	-	1.722	10.472	3.408	3.751	145
Omtex	157	-	6.195	-	105	-
UBV	1.815	137	-	-	678	29
Aluguel de imóveis de acionistas	-	74	-	-	-	-
Compra de cana-de-açúcar de acionistas	-	-	-	-	-	1.176
	<u>1.972</u>	<u>1.933</u>	<u>16.667</u>	<u>3.408</u>	<u>4.534</u>	<u>1.350</u>
	31/03/2008					
	<u>Receita financeira</u>	<u>Despesa administrativa e financeira</u>	<u>Receita de vendas</u>	<u>Despesas rateadas por controladas</u>	<u>Despesas reembolsadas por controladas</u>	<u>Compra de produtos e serviços</u>
USM	-	147	301	2.866	3.558	537
Omtex	107	-	7.177	-	105	-
UBV	-	-	112	-	823	-
Aluguel de imóveis de acionistas	-	64	-	-	-	-
Compra de cana-de-açúcar de acionistas	-	-	-	-	-	1.019
	<u>107</u>	<u>211</u>	<u>7.590</u>	<u>2.866</u>	<u>4.486</u>	<u>1.556</u>

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes sobre contratos de mútuo, venda de melaço, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis e compras de cana-de-açúcar de parte relacionada, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

As despesas rateadas por controladas referem-se a gastos incorridos por controlada com o centro de serviços compartilhados, e as despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório Corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

Os montantes consolidados de compra de cana-de-açúcar de acionistas nos exercícios findos em 31 de março de 2009 e de 2008 foram de R\$ 6.628 e R\$ 5.283, respectivamente.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	733	762	1.876	7.750
Despesas antecipadas	922	439	6.216	2.107
Demais contas a receber	-	1.089	-	8.194
Adiantamentos diversos	965	1.101	2.740	2.346
Outros	<u>25</u>	<u>194</u>	<u>422</u>	<u>3.181</u>
	<u>2645</u>	<u>3.585</u>	<u>11.254</u>	<u>23.578</u>
Ativo circulante	2.641	3.449	10.900	15.350
Ativo não circulante	4	136	354	8.228

Os adiantamentos para compras de cana-de-açúcar em sua maioria estão classificados no realizável a longo prazo, com prazo de realização a partir da safra 2009/2010. Quando transferidos para o circulante, os adiantamentos são classificados no grupo de estoques.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Sociedades controladas

	31/03/2009			
	USM	UBV	Omttek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações possuídas (milhares)	23.500	242.000	13.925	-
Percentual de participação	100%	48,45%	99,99%	-
Capital social	60.000	242.000	13.925	-
Patrimônio líquido	993.206	182.430	19.661	-
Prejuízo do exercício	(28.067)	(63.955)	(2.488)	-
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de março de 2008	1.022.213	20.550	22.149	1.064.912
Aumento de Participação Acionária		97.876		97.876
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa por aumento (diminuição) participação acionária.	(941)	941	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(28.067)</u>	<u>(30.984)</u>	<u>(2.488)</u>	<u>(61.539)</u>
Saldos em 31 de março de 2009	<u>993.205</u>	<u>88.383</u>	<u>19.661</u>	<u>1.101.249</u>
	31/03/2008			
	USM	UBV	Omttek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações possuídas (milhares)	23.500	71.726	5.598	-
Percentual de participação	100%	27%	99,99%	-
Capital social	60.000	71.726	13.925	-
Patrimônio líquido	1.022.213	76.111	22.149	-
Prejuízo do exercício	(27.225)	-	(3.238)	-
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de março de 2007	1.006.306	20.550	17.061	1.043.917
Incorporação de ações e aumento de capital	43.132	-	8.326	51.458
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(27.225)</u>	<u>-</u>	<u>(3.238)</u>	<u>(30.463)</u>
Saldos em 31 de março de 2008	<u>1.022.213</u>	<u>20.550</u>	<u>22.149</u>	<u>1.064.912</u>

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas.

11.2. Ágio, cisão e incorporação da EP

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.4., em 12 de abril de 2007 a EP adquiriu participação no capital social da USL e da AA, pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.4, em 10 de dezembro de 2007 os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na seqüência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº. 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo, e encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

A parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a nova configuração operacional do investimento. Para o exercício findo em 31 de março de 2009, o montante bruto amortizado atribuível à USM foi de R\$ 7.289 (R\$ 1.511 em 31 de março de 2008). O ágio alocado como mais valia de ativos é amortizado quando da respectiva depreciação ou baixa dos bens que o originaram. O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais subseqüentes a 31 de dezembro de 2007.

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Ágio	Amortização / baixas acumuladas	Saldo líquido 31/03/09	Saldo líquido 31/03/08
Rentabilidade futura (intangível)	39.688	(5.673)	34.015	38.691
Mais valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.207)	208	25.187
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura (Impostos diferidos)	<u>20.446</u>	<u>(2.922)</u>	<u>17.524</u>	<u>19.932</u>
Total	<u>87.549</u>	<u>(35.802)</u>	<u>51.747</u>	<u>83.810</u>

12. IMOBILIZADO

	Controladora				
	31/03/2009			31/03/2008	
	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terras	20.851	293.200	-	314.051	314.052
Edificações e dependências	14.607	11.084	(6.261)	19.430	19.006
Equipamentos e instalações industriais	71.880	88.376	(37.151)	123.105	107.973
Veículos	11.359	8.235	(7.191)	12.403	13.071
Máquinas e implementos agrícolas	19.558	21.330	(10.883)	30.005	33.209
Lavouras de cana-de-açúcar	137.246	-	(50.112)	87.134	78.451
Outras immobilizações	8.304	-	(4.453)	3.851	18.919
Obras em andamento	<u>9.327</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.327</u>	<u>13.047</u>
Total	<u>293.132</u>	<u>422.225</u>	<u>(116.051)</u>	<u>599.306</u>	<u>597.728</u>

	Consolidado				
	31/03/2009			31/03/2008	
	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terras	106.812	905.084	-	1.011.896	998.072
Edificações e dependências	135.780	47.642	(19.579)	163.843	68.003
Equipamentos e instalações industriais	439.908	340.196	(166.371)	613.733	341.414
Veículos	56.544	29.806	(25.436)	60.914	54.167
Máquinas e implementos agrícolas	106.776	69.951	(40.524)	136.203	137.146
Lavouras de cana-de-açúcar	556.702	-	(177.264)	379.438	312.078
Outras immobilizações	50.554	-	(21.764)	28.790	103.551
Obras em andamento	<u>86.788</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.788</u>	<u>277.727</u>
Total	<u>1.539.864</u>	<u>1.392.679</u>	<u>(450.938)</u>	<u>2.481.605</u>	<u>2.292.158</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2009, a Sociedade investiu o montante de R\$ 23.315 (R\$ 23.468 para o exercício findo em 31 de março de 2008) na formação e/ou renovação da lavoura de cana-de-açúcar, sendo R\$ 138.534 (R\$ 129.354 no exercício findo em 31 de março de 2008), no consolidado.

Em 31 de março de 2009, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à melhorias na unidade industrial. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também melhorias na unidade industrial na USM e UBV, relativas à rede de fertirrigação, construção e melhorias das instalações administrativas e ampliação do parque industrial da UBV.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Sociedade e de suas controladas, em 31 de março de 2009, R\$ 179.689 de bens do ativo imobilizado encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais, maquinários e implementos agrícolas.

Adicionalmente, o montante de R\$ 177.190 (R\$ 533.410 no consolidado) em terras foram oferecidos em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Em 31 de março de 2009, 8.578 ha de terras utilizadas no plantio de cana-de-açúcar pela USM e UBV no valor contábil reavaliado de R\$ 168.981, se encontravam gravadas em garantia de processos judiciais e empréstimos, sendo 1.998 ha de terras, no valor contábil reavaliado de R\$ 41.825 para a Sociedade.

A Sociedade, a USM (incluindo suas respectivas controladas) e a Omtex registraram, em 31 de março de 2007, reavaliação de terras, edificações, equipamentos e instalações industriais, com base em laudos elaborados por peritos independentes.

A partir de 31 de março de 2007 o valor dos ativos reavaliados passou a ser depreciado de acordo com a vida útil econômica estimada remanescente, determinada no laudo de reavaliação às seguintes taxas médias ponderadas anuais, quando aplicável, contemplando as aquisições ocorridas após 31 de março de 2007:

<u>Grupos do ativo imobilizado</u>	<u>Taxas anuais médias ponderadas de depreciação</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Edifícios e dependências	6,89%	5,83%
Equipamentos e instalações industriais	17,96%	14,13%
Veículos	19,80%	17,18%
Máquinas e implementos agrícolas	23,16%	19,79%
Lavoura de cana-de-açúcar	15,87%	17,07%

A UBV utiliza taxas de depreciação do ativo imobilizado determinadas por laudos de vida útil preparados por peritos independentes, em percentuais que se aproximam das vidas úteis adotadas pela controladora. As depreciações dos ativos imobilizados da UBV foram iniciadas em julho de 2008, em linha com o início de suas operações.

Os valores de reavaliação residuais líquidos de depreciação e brutos de impostos diferidos do ativo imobilizado em 31 de março de 2009 e de 2008 eram de R\$ 385.213 e R\$ 404.139, respectivamente, sendo R\$ 1.252.533 e R\$ 1.323.186 no consolidado.

As depreciações e baixas da reavaliação que impactaram os resultados do exercício findos em 31 de março de 2009 e de 2008 totalizam R\$ 67.105 e R\$ 74.437, respectivamente, líquidos dos montantes alocados aos estoques e brutos dos efeitos fiscais, no consolidado.

Para o exercício findo em 31 de março de 2009, a Sociedade e suas controladas capitalizaram encargos financeiros no montante de R\$ 16.582, no consolidado (R\$ 1.930 para o exercício findo em 31 de março de 2008).

13. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Ágio rentabilidade futura	-	-	38.826	39.688
Amortização acumulada	-	-	(4.811)	(997)
Software	2.032	1.833	6.827	2.752
Amortização acumulada	(1.770)	(1.698)	(2.955)	(2.437)
Outros	-	-	3.000	-
	<u>262</u>	<u>135</u>	<u>40.887</u>	<u>39.006</u>

O ágio, relativo à rentabilidade futura é oriundo do acervo líquido cindido da USL, conforme mencionado na nota explicativa nº. 11.2., que foi incorporado pela USM, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.4..

14. DIFERIDO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Despesas pré-operacionais	34.429	22.650
Encargos financeiros	7.097	11.434
Amortização acumulada	<u>(1.742)</u>	<u>-</u>
	<u>39.784</u>	<u>34.084</u>

No consolidado, as despesas pré-operacionais referem-se àquelas incorridas pela UBV, que até 30 de junho de 2008 encontrava-se em fase pré-operacional. A amortização é calculada a partir do início da operação da planta, ocorrido em julho de 2008, pelo período de dez anos, de acordo com a estimativa de tempo que se espera de benefício futuro e de forma proporcional à utilização da capacidade de produção esperada no período.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	
				<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimento final entre Set/2018 e Jul/2020	27.544	28.141
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(o)	Parcela única com vencimento final Jun/2009	1.922	1.254
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 3,11% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimento final entre Nov/2009 e Jan/2014	22.386	31.548
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,87% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencimento final entre Dez/2009 e Out/2011	6.643	11.151
Crédito rural	Juros pré-fixados de 9,99% a.a. + Correção Monetária da TR pagos no vencimento final do contrato	(b)	Parcela única com vencimento final em Abr/2009	17.847	-
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencimento final em Out/2025	78	82
Capital de giro	Variação 111,00% CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(o)	Parcela única com vencimento final em Abr/2009	17.030	7.693
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,08% a.a. pagos mensalmente	(n)	Parcelas mensais com vencimento final em Abr/2013	61	77
Em moeda estrangeira:					
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 9,96% a.a. pagos mensalmente	(h)	Parcelas mensais com vencimento final em Mar/2009	-	632
ACC	Taxa pré-fixada de 8,34% aa + Correção do dólar americano pagos no vencimento final do contrato	(q)	Parcela única com vencimento final entre Abr/2009 e Jan/2010	<u>34.642</u>	<u>-</u>
Total				<u>128.153</u>	<u>80.578</u>
Passivo circulante				87.054	31.786
Exigível a longo prazo				41.099	48.792

São Martinho S.A.

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2009	31/03/2008
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M pagos anualmente	(a) e (f)	Parcelas anuais com vencimento final entre Set/2018 e Jul/2020	79.780	82.736
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(p)	Parcela única com vencimentos finais entre Abr/2009 e Out/2009	20.835	54.904
Crédito rural	Juros pré-fixados de 9,99% a.a. + correção da TR pagos no vencimento final do contrato	(o e b)	Parcela única com vencimento final em Abr/2009	21.974	7.270
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,60% a.a. pagos mensalmente	(c), (h), (l) e (j)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Jul/2015	69.578	83.367
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,96% a.a. pagos mensalmente	(h)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Jul/2015	363.920	217.526
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,61% a.a. paga mensalmente	(d), (i) e (k)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Nov/2019	32.148	48.744
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcela única com vencimento em Out/2025	78	82
Capital de giro	Variação 106,93% CDI OVER CETIP	(p)	Parcela única com vencimento final em Abr/2009	32.671	36.361
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,48% a.a. pagos mensalmente	(n)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Mai/2013	881	1.120
Em moeda estrangeira:					
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte-americano, Euro e Iene) + taxa fixa de 8,35% a.a. pagos mensalmente	(h) e (p)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Jul/2015	63	1.607
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,27% a.a. pagos mensalmente	(p)	Parcelas anuais, com vencimento entre Abr/2009 e Abr/2015	57.687	20.681
ACC	Juros médios ponderados de 8,37% + Variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(q)	Parcelas mensais com vencimento final entre Abr/2009 e Dez/2009	214.280	-
PPE	Juros médios ponderados de 4,74% + Variação do dólar americano, pagos nos vencimentos.	(q)	Parcelas semestrais com vencimento entre Ago/2009 e Jun/2015	237.706	-
Total				<u>1.131.601</u>	<u>554.398</u>
Passivo circulante				401.115	144.761
Exigível a longo prazo				730.486	409.637

Em 31 de março de 2009, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

<u>Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2009</u>	<u>Valor contábil ou contratual</u>
(a) Hipoteca - 7.704 ha de terras	133.762
(b) Penhor agrícola (cana-de-açúcar)	22.880
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	15.790
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	29.645
Nota promissória	18.961
Hipoteca - 1.998 ha de terras	41.825
(d) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	3.866
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	15.803
Nota promissória	2.458
(e) Hipoteca - 79 ha de terras	1.603
(f) Hipoteca de 9.647 ha de terras	186.922
(g) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	9.682
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	43.632
Nota promissória	17.158
Hipoteca - 1.950 ha de terras	40.823
(h) Hipoteca de 5.944 ha	114.996
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	11.191
Nota promissória	5.136
(i) Hipoteca de 200 ha	3.602
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	11.567
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	5.268
Nota promissória	5.268
(j) Nota promissória	109
(k) Nota promissória	1.471
(l) Penhor agrícola (Álcool)	5.291
(m) Hipoteca de 507 ha	9.877
(n) Aval da São Martinho e da USM	18.952
(o) Aval da Usina São Martinho S.A. e empréstimo da controlada Usina São Martinho S.A. garantido por aval da São Martinho S.A.	53.506
(p) Covenants financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e ratio mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA	-

Ha: Hectares.

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos no longo prazo relativos a controladora e consolidado, têm a seguinte composição de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
De 01/04/2009 a 31/03/2010	-	15.457	-	95.435
De 01/04/2010 a 31/03/2011	12.030	9.698	104.332	71.330
De 01/04/2011 a 31/03/2012	7.685	6.237	94.922	61.799
De 01/04/2012 a 31/03/2013	4.895	3.361	142.556	51.202
De 01/04/2013 a 31/03/2014	3.573	2.521	137.778	48.306
De 01/04/2014 a 31/03/2015	2.544	2.165	133.615	50.056
De 01/04/2015 a 31/03/2026	<u>10.372</u>	<u>9.353</u>	<u>117.283</u>	<u>31.509</u>
	<u>41.099</u>	<u>48.792</u>	<u>730.486</u>	<u>409.637</u>

Com base na Resolução n.º. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Sociedade, a USM e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso da Sociedade durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2009 e de 2008 de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente, conforme mencionado na nota explicativa n.º. 2.

16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Cana-de-açúcar	5.877	3.481	25.485	12.218
Materiais, serviços e outros	<u>11.039</u>	<u>7.886</u>	<u>50.665</u>	<u>43.487</u>
	<u>16.916</u>	<u>11.367</u>	<u>76.150</u>	<u>55.705</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

17. OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das Sociedades, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos da Cooperativa foram originados por recursos obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo exigível a longo prazo. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Sociedade poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores inclusos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência, e estão representados pelos montantes de R\$ 14.368 e R\$ 13.614, em 31 de março de 2009 e de 2008, respectivamente (R\$ 57.189 e R\$ 54.185 no consolidado).

A composição das obrigações da Sociedade com a Copersucar é como segue:

	Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008
Letra de Câmbio - Atualizado por 103,35% da variação do CDI	-	1.088
Letra de Câmbio - Atualizado de 105% a 105,5% da variação do CDI	-	7.741
Letra de Câmbio - Atualizado por 92% da variação do CDI	-	12.582
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	38.749	27.503
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	11.409	25.269
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	5.057	5.980
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 5,65% a.a.	<u>2.881</u>	<u>2.650</u>
Total	<u>58.096</u>	<u>82.813</u>
Passivo circulante	589	21.120
Exigível a longo prazo	57.507	61.693
	Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008
Letra de Câmbio - Atualizado por 103,35% da variação do CDI	-	4.219
Letra de Câmbio - Atualizado de 105% a 105,5% da variação do CDI	-	25.803
Letra de Câmbio - Atualizado por 92% da variação do CDI	-	48.976
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	149.244	105.384
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	43.935	96.062
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	15.288	19.760
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 5,65% a.a.	<u>10.105</u>	<u>9.298</u>
Total	<u>218.572</u>	<u>309.502</u>
Passivo circulante	2.203	77.446
Exigível a longo prazo	216.369	232.056

A totalidade das obrigações da Sociedade e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2., a partir da data do desligamento a Sociedade, a USM e a USL permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de "Obrigações - Copersucar" no exigível a longo prazo, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 36.077 (R\$ 140.188 no consolidado).

18. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2008</u>
Vendas a faturar	4.070	-	6.854	-
Adiantamento de clientes	1.704	-	10.875	-
Valores a pagar	606	-	3.158	-
Receitas a apropriar	700	-	700	-
Outros	<u>405</u>	<u>144</u>	<u>4.271</u>	<u>1.620</u>
	<u>7.485</u>	<u>144</u>	<u>25.858</u>	<u>1.620</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de março de 2009 e de 2008, o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Em 22 de setembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Sociedade, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações serão realizadas até 22 de setembro de 2009, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa") - a preços de mercado, com a intermediação de corretoras. A quantidade de ações a ser adquirida é de até 200.000.

No exercício findo em 31 de março de 2009, a Sociedade recomprou 139.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.899, a um custo unitário mínimo de R\$ 9,30 e máximo de R\$ 19,20, resultando em um custo médio de R\$ 13,65 por ação. O valor de mercado em 31 de março de 2009 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 1.599.

O objetivo da Sociedade com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas, através de aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis.

(c) Dividendos e lucros acumulados

A Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de julho de 2008, aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2008 e a destinação dos saldos dos lucros acumulados, para reserva para orçamento de capital com o objetivo de fazer face aos investimentos previstos para os próximos exercícios, conforme Orçamento de Capital também apreciado e aprovado por referida Assembléia Geral Ordinária, nos termos da legislação societária.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

- (d) Reconciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Controladora com o Consolidado

	<u>31/03/2009</u>
Patrimônio líquido:	
Patrimônio líquido da controladora	1.576.702
Juros sobre mútuo alocados ao ativo diferido da UBV	<u>(1.501)</u>
Patrimônio líquido do consolidado	<u>1.575.201</u>
Resultado do exercício:	
Prejuízo da controladora	(70.364)
Amortização de juros sobre mútuo alocados ao ativo diferido da UBV	<u>(1.501)</u>
Prejuízo do consolidado	<u>(71.865)</u>

- (e) Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Sociedade, com o objetivo de estimular a expansão da Sociedade e o alcance e superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Sociedade e possibilitar a manutenção de seus profissionais. O Plano é gerido pelo Conselho de Administração, que poderá conceder opções para compra de ações a seus executivos, administradores e empregados.

O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 2% do total de ações ordinárias do capital social da Sociedade. O Plano de Opções da Sociedade encontra-se disponível na CVM.

Atualmente, os Regulamentos e Contratos de adesão estão em elaboração pelo Conselho de Administração, para serem implementados na Sociedade, bem como a definição dos beneficiários elegíveis.

20. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em setembro de 2008, a Sociedade e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos empregados e administradores, de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) caracterizado como plano de contribuição definida.

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das Sociedades está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Sociedade e suas controladas.

O montante das contribuições ao plano pela Sociedade no exercício findo em 31 de março de 2009 foi de R\$ 203, sendo R\$ 805 no consolidado.

21. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Sociedade e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Sociedade e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação em 31 de março de 2009 e de 2008, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado do exercício foi de R\$ 17.605 e R\$ 5.607, no consolidado.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Ativo:				
Prejuízos fiscais	22.251	21.986	58.732	32.181
Base negativa da contribuição social	8.632	8.537	23.328	13.768
Provisão para contingências	3.910	2.929	23.939	21.221
Financiamentos securitizados	-	-	898	2.860
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	-	-	17.524	19.932
Instrumentos financeiros derivativos	144	-	2.014	-
Outros	<u>1.129</u>	<u>804</u>	<u>4.538</u>	<u>5.435</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	<u>36.066</u>	<u>34.256</u>	<u>130.973</u>	<u>95.397</u>
Passivo:				
Reavaliação de ativos	(22.287)	(28.468)	(110.516)	(133.302)
Depreciação acelerada incentivada	(21.138)	(21.781)	(77.754)	(71.158)
Financiamentos securitizados	(8.825)	(7.639)	(9.043)	(7.639)
Ajuste a valor presente	(3.891)	(4.461)	(11.012)	(12.562)
Outros	<u>(22)</u>	<u>(22)</u>	<u>(152)</u>	<u>(22)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	<u>(56.163)</u>	<u>(62.371)</u>	<u>(208.477)</u>	<u>(224.683)</u>

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Sociedade e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Conservadoramente, a Sociedade classifica a totalidade dos créditos fiscais diferidos no ativo realizável a longo prazo.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração e pelo prazo de liquidação dos financiamentos securitizados, é conforme demonstrado a seguir.

Controladora:

<u>Ano findo 31 de março</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>
Valor estimado de realização	469	7.181	5.463	6.470	6.989	9.494

Consolidado:

<u>Ano findo em 31 de março</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>
Valor estimado de realização	19.042	18.656	13.374	14.433	15.558	49.910

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 13% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

- b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social - Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

<u>Controladora</u>	<u>31/03/2009</u>		<u>31/03/2008</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(78.381)	(78.381)	(57.788)	(57.788)
Alíquotas vigentes - %	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	19.595	7.054	14.447	5.201
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(15.385)	(5.539)	(7.616)	(2.729)
Outras receitas (despesas) indedutíveis	1.692	600	(227)	(94)
PAT	-	-	<u>12</u>	-
	<u>5902</u>	<u>2.115</u>	<u>6.616</u>	<u>2.378</u>
Crédito com imposto de renda e contribuição social	<u>8.017</u>		<u>8.994</u>	

<u>Consolidado</u>	<u>31/03/2009</u>		<u>31/03/2008</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(131.816)	(131.816)	(71.271)	(71.271)
Alíquotas vigentes - %	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	32.954	11.863	17.818	6.414
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais de ICMS não tributados	1.156	416	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	(461)	(166)	(696)	(251)
Outras receitas (despesas) indedutíveis	5.725	2.060	(629)	(231)
PAT	<u>9</u>	-	<u>52</u>	-
	<u>39.383</u>	<u>14.173</u>	<u>16.545</u>	<u>5.932</u>
Crédito com imposto de renda e contribuição social	<u>53.556</u>		<u>22.477</u>	

23. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir”, com redução parcial deste. Para obtenção do benefício à controlada está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições existentes referem-se a fatos sob controle da Sociedade.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurada no exercício foi registrado no resultado do exercício na rubrica de “Deduções da receita bruta”, no momento do recolhimento do ICMS pela diferença entre o valor original do imposto a recolher e o valor apurado após o cálculo do incentivo fiscal, reduzindo a conta “ICMS a recolher”. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Prejuízos Acumulados, sobre o montante apurado da subvenção.

Para exercício findo em 31 de março de 2009, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 4.626.

24. COMPROMISSOS

24.1. Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Sociedade e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada “reserva legal”.

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Sociedade e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Sociedade e suas controladas - com exceção da UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação - não possuem áreas de reserva legal averbadas no percentual mínimo previsto na legislação vigente, mas possuem áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), contados a partir de 2006, nos termos estabelecidos pela legislação federal e do estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é discutida nas esferas política e judicial, a Sociedade acompanha atentamente a evolução desses fatos e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. A USM discute judicialmente tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

24.2. Contratos de aquisição de cana-de-açúcar

A Sociedade, a USM e a UBV firmaram contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros compreendendo o volume de aproximadamente 270 mil toneladas (1.507 mil toneladas no consolidado). O valor a ser desembolsado em função destas compras será determinado a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECAN. A avaliação deste compromisso em 31 de março de 2009, pelo preço médio praticado na safra 2008/2009 é de R\$ 38,90 (R\$ 39,07 no consolidado) por tonelada de cana de açúcar, resultando num total de aproximadamente R\$ 10.517 (R\$ 58.871 no consolidado).

24.3. Contrato de fornecimento de etanol

Mediante Contrato de Compra e Venda, a UBV assumiu o compromisso de fornecimento de 30% de toda a sua produção de álcool industrial para a Mitsubishi Corporation (acionista da UBV), pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

24.4. Avais concedidos

A Sociedade e a USM são avalistas garantidoras do pagamento de empréstimos contraídos pela UBV no montante de R\$ 696.577.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, e os demais tributos, contribuições e encargos sociais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais e previdenciárias em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou da entrega da declaração de rendimentos.

A Sociedade e suas controladas são parte em processos tributários, cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são estabelecidas com base na avaliação dos assessores jurídicos para os casos de perdas prováveis e são mantidas por seus valores atualizados monetariamente, conforme segue:

	Controladora				31/03/2009
	31/03/2008	Adições	Utilizações/ reversões	Atualização monetária	
Tributários	2.968	1.126	(691)	97	3.500
Cíveis	3.985	162	(16)	313	4.444
Trabalhistas	<u>3.825</u>	<u>2.880</u>	<u>(1.607)</u>	<u>624</u>	<u>5.722</u>
	10.778	4.168	(2.314)	1.034	13.666
(-) Depósitos judiciais	<u>(3.707)</u>	<u>(1.459)</u>	<u>399</u>	<u>(60)</u>	<u>(4.827)</u>
Total	<u>7.071</u>	<u>2.709</u>	<u>(1.915)</u>	<u>974</u>	<u>8.839</u>

	Consolidado				31/03/2009
	31/03/2008	Adições	Utilizações/ reversões	Atualização monetária	
Tributários	44.163	1.289	(1.189)	1.790	46.053
Cíveis	5.822	533	(840)	775	6.290
Trabalhistas	<u>48.030</u>	<u>16.084</u>	<u>(16.074)</u>	<u>6.388</u>	<u>54.428</u>
	98.015	17.906	(18.103)	8.953	106.771
(-) Depósitos judiciais	<u>(27.850)</u>	<u>(8.602)</u>	<u>5.603</u>	<u>(1.795)</u>	<u>(32.644)</u>
Total	<u>70.165</u>	<u>9.304</u>	<u>(12.500)</u>	<u>7.158</u>	<u>74.127</u>

Em 31 de março de 2009, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, e que, portanto, tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue (controladora e consolidado):

I) Processos tributários:

- (i) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social: A Fazenda Nacional ajuizou execuções visando o recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) relativo aos períodos-base de 1997 e 1998, quando a USM e incorporada, suportadas por ação judicial, compensaram prejuízos fiscais e base negativa apurados entre os anos de 1992 a 1996 sem a observância do limite de 30% previsto na legislação. Estas causas correspondem a R\$ 41.425, no consolidado.
- (ii) Contribuição Previdenciária sobre Remuneração Indireta: O INSS lavrou Notificação contra a Sociedade visando o recolhimento de contribuição patronal incidentes sobre os benefícios indiretos oferecidos a administradores e colaboradores da Sociedade, entre janeiro/1999 e março/2006. Foi constituída provisão da parte não abrangida pela decadência no valor de R\$ 845 (controladora e consolidado).
- (iii) Outros processos: (a) contribuição de 2,6% ao INSS período de novembro/1990 a novembro/1991; (b) SENAR período novembro/1992 a setembro/1997; (c) Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) período fevereiro/1993 a abril/1994; (d) INSS empregados rurais período maio a julho/1994; (e) PIS majoração base de cálculo período dezembro/2000 a novembro/2002; (f) COFINS período agosto/2001 a março/2003; (g) majoração FGTS multa rescisória período novembro/2001 a dezembro/2002; (h) INSS participação nos lucros período janeiro e agosto/2001; (i) crédito presumido de IPI período 2º trimestre/2000 ao 1º trimestre/2002. O valor total corresponde a R\$ 2.178 na controladora (R\$ 3.132 no consolidado).

Honorários Advocáticos: contratos com diversos advogados para defesa em processos tributários, com previsão de remuneração por êxito. Os honorários devidos para os processos classificados como de risco de perda possível ou remoto correspondem a R\$ 477 na controladora (R\$ 651 no consolidado).

II) Processos cíveis:

Refere-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental. Estes processos somam R\$ 4.444 na controladora (R\$ 6.290 no consolidado).

III) Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “in itinere”; (iii) indenização pela supressão do intervalo para almoço; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, tais como, contribuição confederativa, imposto sindical, etc; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º. salário e férias acrescidas do terço constitucional. Estes processos somam R\$ 5.722 na controladora (R\$ 54.428 no consolidado).

A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária e cível, cujo êxito na discussão dependem das peculiaridades de cada caso concreto, sendo classificados pelos advogados da Sociedade como de risco de perda possível e que, portanto, não foram objeto de provisão. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

IV) Processos Tributários:

Consolidado	Natureza	Nº de Processos	Instância				Total
			Administrativa	1ª Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	
(i)	Contribuição Previdenciária	17	61.119	11.327	-	-	72.446
(ii)	Funrural	3	-	-	36	6.469	6.505
(iii)	Saldo negativo IRPJ	7	3.664	1.978	766	-	6.408
(iv)	Compensação créditos PIS	2	3.333	-	1.525	-	4.858
(v)	IRPJ sobre perdas em investimentos	2	-	-	1.529	-	1.529
(vi)	Compensação tributos federais	6	1.153	819	1.315	-	3.287
(vii)	Outros processos tributários:	<u>49</u>	<u>2.580</u>	<u>193</u>	<u>1.985</u>	<u>-</u>	<u>4.758</u>
		<u>86</u>	<u>71.849</u>	<u>14.317</u>	<u>7.156</u>	<u>6.469</u>	<u>99.791</u>

(i) Contribuição Previdenciária:

- a. INSS relativo ao período de 1997, decorrente do cotejo das Leis 8.212/92 e 8.870/94. As execuções estão suspensas pelo mandado de segurança impetrado para assegurar o recolhimento da contribuição previdenciária com base na ON/INSS n°. 7/97 e OS/INSS n°. 157/97. O valor total corresponde a R\$ 11.326. A matéria não está pacificada no TRF e não foi apreciada pelos tribunais superiores. No caso concreto, discute-se a aplicação da remissão da Lei 10.736/2003.
- b. INSS agroindústria período de novembro/2001 a abril/2002, apurados com base na Lei 8.212/91 sem considerar as modificações da Lei 10.256/2001 sobre exportação efetuada por intermédio da Copersucar no período de novembro/2001 a março/2006 (descontínuo). O valor total corresponde a R\$ 50.118 e está sendo discutido administrativamente. A Sociedade e a USM discutem judicialmente a imunidade tributária das receitas de exportação para o mercado externo efetuada por intermédio de cooperativa.

- c. INSS não retido ou retido em desconformidade com a legislação previdenciária de prestação de serviços mediante cessão de mão-de-obra. O valor total corresponde a R\$ 6.696 e está sendo discutido administrativamente.
 - d. Multas por descumprimento de obrigações acessórias Lei 8.212/91 no período de janeiro/1999 a março/2006. O valor total corresponde a R\$ 2.354 e está sendo discutido administrativamente.
 - e. INSS benefícios indiretos oferecidos a administradores e colaboradores da Sociedade, entre janeiro/1999 e março/2006. A Sociedade administrativamente discute a decadência sobre o valor de R\$ 1.368 para a qual não foi constituída provisão
 - f. SAT alíquota aplicável em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho - GILRAT, incidentes sobre a remuneração dos empregados da empresa. O valor corresponde a R\$ 584, e está depositado judicialmente.
- (ii) Funrural aquisição de cana-de-açúcar período de outubro/1991 a agosto/2001, de que trata Lei Complementar 11/71 após o advento da Lei 8.213/91. O valor corresponde a R\$ 6.505.
 - (iii) Saldo Negativo IRPJ exercícios anteriores compensados com débitos de IRRF, Cofins, PIS e débitos de terceiros supostamente sem fundamento legal ou divergente do saldo apurado nas Declarações de IRPJ. O valor atualizado corresponde a R\$ 6.408.
 - (iv) Compensação Créditos PIS: decorrentes da Resolução do Senado Federal nº. 49 de 9/10/1995, pela USM que supostamente estariam decaídos. O valor corresponde a R\$ 4.858.
 - (v) IRPJ sobre Provisão para Perdas em Investimentos decorrentes da participação da USM no capital social da Coopersucar, no período de 1987 a 1991. O valor corresponde a R\$ 1.529.
 - (vi) Compensação de tributos federais de débitos próprios e de terceiros, com créditos decorrentes de IPI, FINSOCIAL e IRRF não reconhecidos pela administração. A Sociedade ajuizou ação anulatória a fim de ter garantido seu direito à compensação. O valor corresponde a R\$ 3.287 e está depositado judicialmente.
 - (vii) Outros Processos tributários: débitos originários de diferenças de INSS folha de pagamento de rurícolas e autônomos; multa isolada sobre o IRPJ e CSLL, outras compensações de tributos federais; diferenças de ITR; ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado; diferenças apuradas no ISS; e taxa de conservação de estradas que estão sendo discutidos pela Sociedade e controladas. O valor corresponde a R\$ 4.758.

V) Processos cíveis:

Consolidado:	Nº de Processos	Instância				Total
		Administrativa	1ª Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	
(i) Ambientais	112	1.234	5.549	3.160	1.110	11.053
(ii) Cíveis:						
a) Indenização por doenças profissionais e acidentes do trabalho	30	-	1.052	247	309	1.608
b) Revisão de contratos	13	-	2	26	-	28
c) Retificação de área e registro imobiliário	1	-	-	-	-	-
d) Alvarás para obtenção licença de pesquisa minerária	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>161</u>	<u>1.234</u>	<u>6.603</u>	<u>3.433</u>	<u>1.419</u>	<u>12.689</u>

- (i) Ambientais: processos administrativos e judiciais relativos, à queima de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal. Os processos relativos à queima de cana-de-açúcar, basicamente são divididos em: (a) queimas realizadas sob a autorização tácita do Estado em razão da sua própria inércia na regulamentação da Lei 10.547 de 2 de maio de 2000; e (b) queimas provocadas por terceiros, acidentais ou criminosos, em áreas exploradas pela Sociedade ou suas controladas ou áreas de fornecedores. O valor corresponde a R\$ 11.053. As ações relativas à constituição da reserva legal foram comentadas na nota explicativa nº. 24 - Compromissos.
- (ii) Cíveis: A Sociedade e suas controladas figuram como réis em outras 49 ações judiciais passivas referente aos assuntos demonstrados no quadro acima. Estes processos somam R\$ 1.636.

Adicionalmente, nos termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, mencionado na nota explicativa nº. 1.2., a Sociedade, a USM e a USL permanecerão responsáveis pelo pagamento de eventuais obrigações, proporcionais às suas participações na Copersucar em cada safra, que venham a resultar de autuações fiscais no montante do principal atualizado monetariamente de R\$ 34.310 (apurado de forma proporcional à participação da sociedade e suas controladas na Cooperativa), lavradas contra a Copersucar pelas Fazendas Estaduais do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, ou novas autuações da mesma natureza que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Sociedade e controladas eram cooperadas, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de álcool carburante e industrial realizadas pela Copersucar até 31 de dezembro de 2008, seja na condição de contribuinte principal, seja na condição de substituta tributária de empresas distribuidoras. Os consultores jurídicos avaliam estas causas como de risco possível.

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Considerações gerais sobre gerenciamento de riscos

Até 31 de março de 2008, a responsabilidade pela comercialização da produção de açúcar e álcool da Sociedade, da USM e a USL era da Copersucar. A política de administração de riscos de preço e de taxa de câmbio e as operações de contratação de instrumentos financeiros no mercado futuro de commodities e de taxas de câmbio ficavam a cargo da Cooperativa. Os ganhos ou perdas com estas operações eram repassados aos cooperados de acordo com os rateios mensais de receitas e despesas.

Após 1º de abril de 2008 (desligamento da Sociedade e de suas controladas do quadro de cooperados da Copersucar, conforme nota explicativa nº. 1.2.), a política de administração de riscos de preço e de taxa de câmbio passou a ser gerida pelas próprias Sociedades.

A Sociedade e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Conforme tais políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar das Sociedades contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

As Sociedades gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US).

Embora contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar das Sociedades contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional, as Sociedades se encontram em processo de adaptação do seu sistema de controles internos e padrões de documentação para atender plenamente os requisitos documentais determinados pela recente publicação do “CPC 14 - Instrumentos Financeiros”, especificamente no que se refere à contabilização dos instrumentos financeiros derivativos como operações de hedge (Hedge Accounting), apesar da essência de tais operações referir-se de fato a hedge. Portanto, em 31 de março de 2009, as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados foram registradas no resultado do período.

Em 31 de março de 2009, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	<u>31/03/2009</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
No ativo:		
Depósitos de margem	942	4.665
Contratos a termo a receber	-	<u>1.445</u>
	<u>942</u>	<u>6.110</u>
No passivo:		
Contratos a termo a pagar	-	6.269

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de contratos a termo a receber referem-se ao efeito acumulado negativo da diferença entre o valor justo e o valor nominal dos instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de contratos a termo em moeda estrangeira. Os saldos de contratos a termo a pagar referem-se ao efeito acumulado positivo da diferença entre o valor justo e o valor nominal dos instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de contratos a termo em moeda estrangeira.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar protegido, e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

No exercício findo em 31 de março de 2009, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros que afetaram as contas de resultado, foram:

	<u>31/03/2009</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Contratos vinculados a produto:		
Contratos futuros	(1.687)	1.206
Opções	5.476	8.658
Comissões e corretagens	(350)	(626)
Variação cambial	<u>462</u>	<u>3.516</u>
	3.901	12.754
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos a termo	<u>(4.404)</u>	<u>(20.064)</u>
	(4.404)	(20.064)
Efeito líquido	<u>(503)</u>	<u>(7.310)</u>
Efeito nas rubricas da demonstração de resultado:		
Receita financeira	11.215	37.165
Despesa financeira	(12.058)	(47.650)
Variação monetária e cambial ativa	510	3.994
Variação monetária e cambial passiva	(48)	(478)
Despesas gerais e administrativas	<u>(122)</u>	<u>(341)</u>
	<u>(503)</u>	<u>(7.310)</u>

A composição dos instrumentos financeiros derivativos, por natureza de risco coberto, em 31 de março de 2009, é como segue.

a) Contratos futuros e opções:

Controladora	31/03/2009				
	Volume (Ton)	Preço médio fixado (€/lb)	Valor de referência (Nocional)	Valor justo (Fair value)	Efeito acumulado (pagar)/receber
Instrumentos					
Contratos de opções:					
Posição titular - venda:					
Compra "Put" com vencimentos entre maio e julho de 2009	62.535	12,55	2.142	1.122	(1.020)
Posição lançadora - compra:					
Venda "Call" com vencimentos entre maio e julho de 2009	62.535	14,00	2.177	587	1.589
Contratos futuros:					
Posição comprada com vencimento em maio de 2009	7.061	12,42	4.476	4.567	90
Posição vendida com vencimentos entre maio e julho de 2009	15.291	13,24	10.335	10.252	84
Consolidado					
31/03/2009					
Instrumentos					
Contratos de opções:					
Posição Titular - Venda:					
Compra "Put" com vencimentos entre maio e julho de 2009	118.110	12,60	4.733	2.699	(2.034)
Posição lançadora - Compra:					
Venda "Call" com vencimentos entre maio e julho de 2009	118.110	14,00	4.815	2.290	2.526
Contratos Futuros					
Posição comprada com vencimento em maio de 2009	7.061	12,42	4.476	4.567	90
Posição vendida com vencimentos entre maio e julho de 2009	19.863	13,42	13.603	13.363	240

A forma de operação das posições indicadas acima é efetuada com base nos seguintes tipos de opções:

- Opções de compra "put" - compra de opções de venda que confere à Sociedade o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- Opções de venda "call" - venda de opções de compra nas quais a Sociedade tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado caso seja decidido pelo comprador.

b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Consolidado - 31/03/2009						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - US\$	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito acumulado R\$
Maio/2009	Vendida	6.000	2,3078	13.847	14.004	(157)
Junho/2009	Vendida	13.096	2,2780	29.832	30.757	(925)
Julho/2009	Vendida	1.000	2,4635	2.464	2.373	91
Agosto/2009	Vendida	2.388	2,3672	5.653	5.680	(27)
Setembro/2009	Vendida	8.400	2,2693	19.062	20.067	(1.005)
Outubro/2009	Vendida	5.088	2,3869	12.145	12.246	(101)
Novembro/2009	Vendida	4.900	2,2837	11.190	11.822	(632)
Dezembro/2009	Vendida	389	2,1340	830	937	(107)
Janeiro/2010	Vendida	6.300	2,3070	14.534	15.342	(808)
Março/2010	Vendida	6.000	2,2600	13.560	14.718	(1.158)
		<u>53.561</u>				<u>(4.829)</u>

As contrapartes dos contratos a termo são as instituições financeiras: Unibanco, Citibank, Banco ABC, Bradesco e Itaú BBA.

26.2. Apuração do valor justo

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelas Sociedades é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

26.3. Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas de derivativos em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas mantinham o montante de R\$ 4.665 como garantia de operações de derivativos.

26.4. Risco futuro de preço

Em 31 de março de 2009, 192.993 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre abril a agosto de 2009, com fixação em um preço médio de 12,88 ¢/lb junto à bolsa de Nova Iorque - ICE Futures US.

26.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e fundos de renda fixa, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos pela Sociedade e suas controladas.

26.6. Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2009:

	<u>Consolidado - 31/03/09</u>	
		Milhares de US\$
	<u>R\$</u>	<u>equivalentes</u>
Ativo circulante:		
Caixa e bancos	119.083	51.435
Aplicações financeiras	1.352	584
Contas a receber	1.309	548
Instrumentos financeiros derivativos	<u>3.229</u>	<u>1.395</u>
Total dos ativos	124.973	53.962

	<u>Consolidado - 31/03/09</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Milhares de US\$ equivalentes</u>
Passivos:		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(228.340)	(98.626)
Instrumentos financeiros derivativos	<u>6.269</u>	<u>2.708</u>
	(222.071)	(95.918)
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	<u>(281.397)</u>	<u>(121.543)</u>
Total dos passivos	(503.468)	(217.461)
Exposição líquida passiva	<u>(378.495)</u>	<u>(163.499)</u>

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2009 à taxa de câmbio em vigor naquela data, de R\$ 2,3152 por US\$ 1,00.

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 228.340, refere-se essencialmente a operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), com vencimentos nos meses de abril a dezembro de 2009, que estão vinculados à exportação de produtos. O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 281.397, refere-se substancialmente a empréstimo na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, denominado em dólares norte-americanos, contratado pela UBV junto a instituições financeiras internacionais, com prazo de vencimento de 7 (sete) anos.

Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Sociedade entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das Sociedades.

26.7. Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 475, a Sociedade demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de março de 2009, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Sociedade está exposta. Esta análise considera expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por esse motivo não foi revisada pelos auditores independentes.

<u>Controladora</u>		<u>Cenário provável</u>		<u>Cenários possíveis</u>	
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa/preço médios</u>	<u>Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Caixa e bancos	Queda do US\$	R\$ 2,2800	(296)	(5.084)	(9.873)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	R\$ 2,2800	527	(8.002)	(16.531)
Compra mercado futuro	Queda no preço da commodity	12,42 ¢/lb	443	(587)	(1.839)
Venda mercado futuro	Alta no preço da commodity	13,24 ¢/lb	(553)	(3.328)	(6.104)
Venda de "call"	Alta no preço da commodity	14,00 ¢/lb	(183)	(376)	(569)
Compra de "put"	Queda no preço da commodity	12,55 ¢/lb	(955)	(997)	(1.039)
<u>Consolidado</u>		<u>Cenário provável</u>		<u>Cenários possíveis</u>	
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa/preço médios</u>	<u>Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Caixa e bancos	Queda do US\$	R\$ 2,2800	(1.811)	(31.129)	(60.447)
Aplicações financeiras	Queda do US\$	R\$ 2,2800	(21)	(354)	(687)
Contas a receber	Queda do US\$	R\$ 2,2800	(19)	(332)	(644)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	R\$ 2,2800	7.750	(117.747)	(243.243)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	R\$ 2,2800	998	(29.532)	(60.062)
Compra mercado futuro	Queda no preço da commodity	12,42 ¢/lb	443	(587)	(1.839)
Venda mercado futuro	Alta no preço da commodity	13,42 ¢/lb	(480)	(4.094)	(7.707)
Venda de "call"	Alta no preço da commodity	14,00 ¢/lb	(1.205)	(2.078)	(2.952)
Compra de "put"	Queda no preço da commodity	12,60 ¢/lb	(2.032)	(2.199)	(2.366)

Para o cenário provável foram utilizadas estimativas futuras de cotação do dólar norte-americano frente ao real, divulgadas por instituições financeiras e julgadas realizáveis pela Administração da Sociedade. A taxa média demonstrada foi apurada levando em consideração os prazos estimados de realização de cada um dos instrumentos financeiros acima relacionados.

Os impactos de deterioração dos ativos financeiros são apurados por desvalorização da cotação do dólar norte-americano frente ao real, enquanto que os impactos de deterioração dos passivos financeiros são apurados por valorização da cotação do dólar norte-americano frente ao real.

27. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de março de 2009 e de 2008, respectivamente, a Sociedade pagou o montante de R\$ 4.734 e R\$ 5.232, sendo R\$ 8.472 e R\$ 8.172 no consolidado, a título de remuneração de seus administradores.

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

Para o exercício findo em 31 de março de 2009, a rubrica de outras receitas (despesas), líquidas, está impactada por: a) receitas no montante de R\$ 6.349 (R\$ 23.771 no consolidado) repassadas pela Copersucar, referente à parcela atribuível à Sociedade, à USM e à USL relativas à reversão de provisão de contribuição para o PIS e para a Cofins incidente sobre receitas financeiras que foi constituída à época em que eram cooperadas, em função do desfecho favorável da ação. Este valor, sobre o qual incide atualização pela taxa SELIC, teve como contrapartida ativo não circulante, para compensação futura com passivos devidos à Cooperativa, devidamente registrados nas demonstrações financeiras; b) dividendos no montante de R\$ 7.153 (R\$ 27.310 no consolidado) repassados pela Copersucar c) perda no montante de R\$ 4.684, referente a alienação do investimento mantido pela USM na SCA, no consolidado, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.6.; e d) despesas com amortização de ágio sobre rentabilidade futura, no montante de R\$ 7.289, conforme mencionado na nota explicativa nº. 11.2..

No exercício findo em 31 de março de 2008, tal rubrica está impactada por: a) despesas no montante de R\$ 2.919 (R\$ 10.243 no consolidado) incorridas pela Copersucar em decorrência de parcela atribuível à Sociedade, a USM e à USL, referente a recolhimento de ICMS incidente na comercialização de álcool que vinha sendo discutido judicialmente. A Copersucar optou por desistir dessa discussão judicial, usufruindo dos benefícios concedidos pelo programa de parcelamento lançado pelo Estado, denominado "PPI."; b) receitas no montante de R\$ 2.491 (R\$ 9.203 no consolidado) repassadas pela Copersucar em decorrência de parcela atribuível à Sociedade, à USM e à USL, referente ao resultado apurado na venda de imóveis da Copersucar e à reversão de provisões relativas a causas cujas discussões judiciais tiveram resultado favorável à Cooperativa; e c) despesas com amortização de ágio da USL e AA, no montante de R\$ 2.607.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Receitas Financeiras:				
Juros recebidos e auferidos	3.614	30.117	12.034	77.564
Resultado positivo com derivativos	11.215	-	37.165	-
Outras receitas	<u>1.595</u>	<u>168</u>	<u>3.232</u>	<u>1.113</u>
	<u>16.424</u>	<u>30.285</u>	<u>52.431</u>	<u>78.677</u>
Despesas Financeiras:				
Juros pagos e incorridos	(18.162)	(22.475)	(102.543)	(80.897)
Resultado negativo com derivativos	(12.058)	-	(47.650)	-
Outras despesas	<u>(1.098)</u>	<u>(2.509)</u>	<u>(4.555)</u>	<u>(7.187)</u>
	<u>(31.318)</u>	<u>(24.984)</u>	<u>(154.748)</u>	<u>(88.084)</u>
Variação cambial e monetária:				
Variação cambial e monetária ativa	4.649	2.140	44.653	9.374
Variação cambial e monetária passiva	<u>(9.238)</u>	<u>(2.344)</u>	<u>(114.825)</u>	<u>(8.915)</u>
	<u>(4.589)</u>	<u>(204)</u>	<u>(70.172)</u>	<u>459</u>
Resultado financeiro líquido	(19.483)	5.097	(172.489)	(8.948)

A variação ocorrida na rubrica de “Variação cambial e monetária passiva”, no consolidado, decorre de empréstimo na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação contratado pela controlada UBV, conforme mencionado na nota explicativa nº. 26.6.. Tendo em vista que a liquidação do contrato ocorrerá através de exportações de produtos, a Administração da Sociedade entende que estas operações possuem *hedge* natural, cujos efeitos ocorrem somente nas demonstrações dos resultados sem efeito equivalente no fluxo de caixa.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A sociedade mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em sua unidade que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas dos riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO APURADOS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL COM OS APURADOS PELAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (“IFRS”)

Em atendimento ao regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa, emitido pela BM&FBOVESPA, a Sociedade apresenta a seguir, pela primeira vez, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido em 31 de março de 2009 e de 2008 e o prejuízo líquido consolidado correspondente aos exercícios findos naquelas datas, determinados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

a) Bases de preparação da reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS

A reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o prejuízo líquido consolidado, determinados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, foi elaborada a partir das demonstrações financeiras societárias consolidadas da Sociedade e controladas, cujas bases estão descritas na nota explicativa nº 2. A reconciliação do patrimônio líquido e do prejuízo líquido consolidado, conforme requerido pela BM&FBOVESPA, não representa um conjunto completo de demonstrações financeiras compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados, apresentados de forma comparativa e com as respectivas notas explicativas, tal como requerido pelo IFRS. Adicionalmente, a Sociedade aplicou o IFRS 1, “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”, para fins de mensuração dos ajustes nos saldos de abertura. As premissas e as opções utilizadas poderão ser diferentes caso a Sociedade venha a apresentar demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS.

a.1) Data das primeiras informações financeiras em IFRS

Todos os pronunciamentos do IFRS em vigor na data destas demonstrações financeiras, nas suas últimas versões, foram aplicados para fins de mensuração dos saldos na elaboração da reconciliação do patrimônio líquido em 31 de março de 2009 e de 2008 e do prejuízo líquido consolidado correspondente aos exercícios findo naquelas datas, de acordo com o BR GAAP para o IFRS, de forma retrospectiva, exceto pelas isenções opcionais e pelas exceções obrigatórias ao tratamento retrospectivo adotado pela Sociedade.

a.2) Data de transição para IFRS

A data de transição definida para fins de preparação das informações financeiras em IFRS foi 1º de abril de 2007. A Sociedade preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do prejuízo líquido consolidado, refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas internacionais de contabilidade. Na preparação das informações financeiras da data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1.

a.3) As seguintes isenções opcionais relacionadas ao tratamento retrospectivo do IFRS foram adotadas pela Sociedade:

- Combinações de empresas

A Sociedade optou por não reprocessar as aquisições de empresas ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3 “Combinações de Negócios”. Em 1º de abril de 2007 a Sociedade não possuía ágios oriundos de aquisições anteriores à referida data. O deságio relacionado ao aumento de participação na Mogi no valor de R\$ 358, conforme descrito na nota 1.3, foi revertido contra o saldo de lucros acumulados na data de transição para o IFRS.

- Imobilizado

A Sociedade optou por utilizar os saldos do ativo imobilizado registrados de acordo com o BR GAAP como custo inicial do ativo imobilizado, que na data da transição tinha como prática contábil registrar reavaliações periódicas do ativo imobilizado, sendo a última reavaliação registrada na data de transição. Portanto, o saldo do imobilizado na adoção inicial representa o custo depreciado acrescido da reavaliação e deduzido das perdas pela redução ao valor recuperável, de acordo com o IAS 16 “Imobilizado”, quando aplicável.

- Classificação dos instrumentos financeiros

A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Apresentação” e IAS 39, “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, na data de transição, sem aplicação retroativa. A classificação e avaliação dos referidos instrumentos financeiros na data de transição de acordo com o IFRS não resultou em diferenças com relação aos seus valores registrados de acordo com o BR GAAP.

b) Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS

	Patrimônio líquido			Prejuízo líquido consolidado para o exercício findo em	
	<u>31/03/09</u>	<u>31/03/08</u>	<u>01/04/07</u>	<u>31/03/09</u>	<u>31/03/08</u>
De acordo com o BR GAAP	1.575.201	1.648.965	1.697.759	(71.865)	(48.794)
Despesas pré-operacionais (c.1)	(39.784)	(34.084)	(6.449)	(5.700)	(27.635)
Ativos biológicos (c.2)	32.018	49.976	75.742	(17.958)	(25.766)
Aquisição de entidades conjuntamente controladas (c.3)	959	(5.471)	358	6.430	(5.829)
Dividendos e juros sobre o capital próprio (c.4)	-	-	4.087	-	-
Participação de minoritários (c.5)	18.243	7.611	7.611	(6.395)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reavaliação de terras (c.6)	(307.728)	(307.728)	(307.728)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c.7)	<u>2.503</u>	<u>(3.354)</u>	<u>(23.681)</u>	<u>5.857</u>	<u>20.327</u>
De acordo com o IFRS	<u>1.281.412</u>	<u>1.355.915</u>	<u>1.447.699</u>	<u>(89.631)</u>	<u>(87.697)</u>
Atribuído aos acionistas da Sociedade	1.265.643	1.347.501	1.440.639	(79.959)	(89.051)
Atribuído aos minoritários	<u>15.769</u>	<u>8.414</u>	<u>7.060</u>	<u>(9.672)</u>	<u>1.354</u>
	<u>1.281.412</u>	<u>1.355.915</u>	<u>1.447.699</u>	<u>(89.631)</u>	<u>(87.697)</u>

c) Descrição das diferenças entre as práticas contábeis e respectivos ajustes

c.1) Despesas pré-operacionais

De acordo com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, os gastos pré-operacionais devem ser apropriados ao resultado quando incorridos.

De acordo com BR GAAP, a Sociedade capitalizou as despesas pré-operacionais incorridas com a unidade fabril da UBV, e cuja amortização iniciou-se em 2008, em decorrência do início da suas atividades, a uma taxa 10% ao ano, definida com base na expectativa de tempo que se espera obter os benefícios futuros. De acordo com BR GAAP, a Sociedade interrompeu a capitalização das despesas pré-operacionais a partir de 1º de abril de 2009.

c.2) Ativos biológicos

De acordo com o IAS 41 “Agricultura”, os ativos biológicos e a produção agrícola são mensurados pelo seu valor justo a cada data de encerramento e no momento da colheita, respectivamente.

Os ativos biológicos da Sociedade são agrupados em consumíveis, representados pela cana-de-açúcar durante o estágio de crescimento, e não-consumíveis, representados pela soqueira da cana-de-açúcar. O valor total dos ativos biológicos consumíveis e não-consumíveis em 31 de março de 2009 foi de R\$ 528.546 (R\$ 465.534 em 31 de março 2008).

A Sociedade estimou como ativos biológicos consumíveis um corte de 8.723.000 toneladas de cana-de-açúcar para a safra 2009/2010 (9.081.000 toneladas na safra 2008/2009).

A Sociedade determinou o valor justo dos ativos biológicos e da produção agrícola como segue:

- Consumíveis, representados pela cana-de-açúcar durante o estágio de crescimento: pelo valor esperado de mercado aplicado sobre a quantidade de açúcar contido por tonelada de cana-de-açúcar menos os custos estimados de venda.
- Não-consumíveis, representados pela soqueira da cana-de-açúcar: pelo custo corrente de reposição reduzido pela amortização com base em sua vida útil esperada.

A movimentação dos ativos biológicos durante o exercício é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativos biológicos no início do exercício	465.534	364.967
Aumento decorrente de gastos com lavoura de cana-de-açúcar	48.612	77.803
Ganhos decorrentes das mudanças no valor justo menos custos estimados de venda atribuídos às mudanças físicas	89.224	111.971
Ganhos (perdas) decorrentes das mudanças no valor justo menos custos estimados de venda atribuídos às mudanças nos preços	99.306	(46.734)
Aumentos decorrentes de combinações de negócios	-	23.676
Reduções decorrentes da colheita	<u>(174.130)</u>	<u>(66.149)</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>528.546</u>	<u>465.534</u>

De acordo com BR GAAP, os ativos biológicos consumíveis são tratados como estoques e contabilizados com base em seu custo médio de aquisição e ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição. Os ativos biológicos não consumíveis são tratados como imobilizado e contabilizados com base em seu custo de aquisição e depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cinco a sete anos, após o início dos cortes.

c.3) Aquisição de entidades conjuntamente controladas

De acordo com o IAS 31 “Investimentos em Entidades Conjuntamente Controladas”, e seguindo a metodologia do IFRS 3, “Combinações de Negócios”, o custo de uma entidade conjuntamente controlada adquirida (“*joint venture*”) é registrado com base no valor justo do valor pago e alocado aos ativos adquiridos, incluindo intangíveis identificáveis, e passivos assumidos, incluindo passivos contingentes, com base em seus valores justos estimados na data da aquisição. O excesso do custo da entidade conjuntamente controlada adquirida sobre o valor líquido alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como ágio. Este método é denominado “método de aquisição”. Ágio e intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas os seus valores recuperáveis devem ser testados anualmente, e uma provisão para perda é registrada caso o seu valor recuperável seja inferior ao valor contábil. De acordo com o IFRS o “método de aquisição” é aplicado também às aquisições de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o ágio é calculado com base no valor pago, ajustado por dispositivos contratuais específicos de ajuste de preço e, deduzido do patrimônio líquido, apurado de acordo com o BR GAAP, das empresas adquiridas, na data da aquisição. A parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista em laudo de avaliação econômica. A partir de 1º de abril de 2009, os ágios deixarão de ser amortizados de acordo com o BR GAAP, e serão testados anualmente quanto ao valor recuperável.

Aquisição de investimentos na USL e AA avaliados por equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota 1.4, em 12 de abril de 2007 a EP, uma holding formada pela USM, juntamente com a Cosan S.A. Indústria e Comércio e a Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool, com as respectivas participações de 41,67%, 33,33% e 25,00%, adquiriu a USL e a AA pelos valores de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente. Essa transação foi contabilizada através do método de aquisição de acordo com o IFRS 3.

A alocação do preço de aquisição aos ativos líquidos proporcionais adquiridos é como segue:

	USL	AA	Elimina ções	Valor contábil	Ajustes ao IFRS 3	Saldos de acordo com o IFRS	Participação da Sociedade (41.67%)
Ativos líquidos adquiridos:							
Caixa e equivalentes de caixa	7.942	5.702	-	13.644	-	13.644	5.685
Contas a receber - Copersucar	9.443	-	-	9.443	1.805	11.248	4.687
Estoques	823	2.613	-	3.436	-	3.436	1.432
Impostos diferidos ativos(ii)	-	-	-	-	28.658	28.658	11.942
Ativos biológicos	-	40.780	-	40.780	16.037	56.817	23.676
Empresas ligadas	22.272	-	(22.272)	-	-	-	-
Outros créditos	10.810	4.354	-	15.164	(487)	14.677	6.116
Imobilizado	26.242	8.277	-	34.519	65.791	100.310	41.799
Intangível	134	39	-	173	-	173	72
Fornecedores	(3.415)	(3.481)	-	(6.896)	70	(6.826)	(2.844)
Financiamentos	(15.445)	(22.035)	-	(37.480)	2.003	(35.477)	(14.783)
Obrigações - Copersucar	(24.200)	-	-	(24.200)	-	(24.200)	(10.084)
Empresas ligadas	(747)	(22.246)	22.272	(721)	-	(721)	(301)
Outras obrigações	(2.955)	(3.909)	-	(6.864)	1.091	(5.773)	(2.406)
Impostos diferidos passivos (iii)	-	(3.309)	-	(3.309)	(29.346)	(32.655)	(13.607)
Passivos contingentes	(836)	(1.529)	-	(2.365)	-	(2.365)	(986)
	30.068	5.256	-	35.324	85.622	120.946	50.398
Ágio na aquisição							<u>52.433</u>
Custo total da aquisição (i)							102.831
(-) Caixa retido na aquisição							-
Caixa pago na aquisição							102.831
(-) Caixa e equivalentes de caixa adquiridos							<u>(5.685)</u>
Caixa líquido utilizado na aquisição							<u>97.416</u>

(i) Inclui custos diretamente atribuídos à aquisição no valor de R\$ 556 (líquido dos efeitos dos impostos no valor de R\$ 286).

(ii) Inclui R\$ 11.942 referentes aos impostos diferidos ativos sobre diferença entre a base fiscal e de IFRS do ágio.

(iii) Inclui R\$ 12.228 referentes aos impostos diferidos passivos sobre as diferenças entre a base fiscal e de IFRS dos ativos e passivos.

Para fins de IFRS, o ágio gerado nas aquisições da USL e AA foi atribuído à expectativa de rentabilidade futura.

Considerando que a aquisição ocorreu em 12 de abril de 2007, o total da receita operacional líquida consolidada e o prejuízo líquido consolidado do exercício findo em 31 de março de 2008 aproximam-se à receita operacional líquida consolidada e ao prejuízo líquido consolidado caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de abril de 2007.

São Martinho S.A.

A reconciliação do valor do ágio em 31 de março de 2009 e de 2008, considerando as alocações ocorridas no BR GAAP durante 2008, é como segue:

	<u>01.04.07</u>	<u>Alocação para os tangíveis</u>	<u>Alocação para o imposto de renda diferido</u>	<u>Amortização do ágio</u>	<u>31.03.08</u>	<u>Amortização do ágio</u>	<u>31.03.09</u>
De acordo com BR GAAP	87.549	(27.415)	(20.446)	(997)	38.691	(4.676)	34.015
Amortização do ágio	-	-	-	997	997	4.676	5.673
Custos diretamente atribuídos às aquisições (i)	556	-	-	-	556	-	556
Alocação para os bens tangíveis	(27.415)	27.415	-	-	-	-	-
Alocação para os ativos biológicos	(6.683)	-	-	-	(6.683)	-	(6.683)
Impostos diferidos ativos sobre diferença de base do ágio	(11.942)	9.321	-	514	(2.107)	2.409	302
Impostos diferidos sobre diferença de base dos ativos e passivos	12.228	(9.321)	-	-	2.907	-	2.907
Alocação para o imposto de renda diferido	-	-	20.446	(514)	19.932	(2.409)	17.523
Outras alocações para ativos e passivos adquiridos	<u>(1.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.860)</u>	<u>-</u>	<u>(1.860)</u>
De acordo com IFRS	<u>52.433</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.433</u>	<u>-</u>	<u>52.433</u>

(i) Valor líquido do efeito dos impostos no montante de R\$ 286.

A reconciliação dos efeitos da aplicação do IAS 31 e do método de aquisição de acordo com o IFRS 3 no patrimônio líquido em 31 de março de 2009 e de 2008 e nos resultados dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

	<u>Patrimônio líquido em 01.04.2007</u>	<u>Resultado em 2008</u>	<u>Patrimônio líquido em 31.03.2008</u>	<u>Resultado em 2009</u>	<u>Patrimônio líquido em 31.03.2009</u>
Deságio sobre Mogi Agrícola S.A.	358	-	358	-	358
Custos diretamente atribuídos às aquisições	-	556	556	-	556
Amortização do ágio no BR GAAP	-	1.511	1.511	7.084	8.595
Realização da alocação do ágio para os demais ativos e passivos	<u>-</u>	<u>(7.896)</u>	<u>(7.896)</u>	<u>(654)</u>	<u>(8.550)</u>
Total dos efeitos do IFRS 3	<u>358</u>	<u>(5.829)</u>	<u>(5.471)</u>	<u>6.430</u>	<u>959</u>

c.4) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Sociedade assegura aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a constituição da reserva legal.

Para fins de IFRS, os dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Portanto, a Sociedade reconhece como passivo, no encerramento do exercício social, o valor correspondente ao dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício, até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. Os dividendos excedentes ao mínimo estipulado em estatuto, que não se enquadram para registro de acordo com IFRS, são revertidos a crédito do patrimônio líquido, sendo deduzidos dos lucros acumulados somente quando aprovados em assembléia pelos acionistas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade registra um passivo pelos dividendos propostos pela Administração que, após o encerramento do exercício, são submetidos à aprovação da assembléia dos acionistas. Tendo em vista que a Sociedade não distribuiu dividendos nem juros sobre capital próprio em 2009 e 2008, não houve diferença na apresentação dos dividendos e juros sobre capital próprio entre o BR GAAP e o IFRS em 31 de março de 2009 e de 2008.

c.5) Participação de minoritários

De acordo com o IAS 27, “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais”, a participação de minoritários é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação de minoritários não é deduzida na avaliação do lucro ou prejuízo líquido, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a participação minoritária é apresentada entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido no balanço patrimonial e é deduzida do lucro ou prejuízo líquido na demonstração do resultado.

c.6) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação das terras

De acordo com a interpretação SIC 21 “Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Reavaliados”, é constituída provisão para imposto de renda diferido passivo sobre a reavaliação de ativos independentemente da forma como serão recuperados, seja por depreciação, amortização, alienação ou baixa. Desta forma, são calculados e constituídos os impostos diferidos sobre os ativos com base na diferença entre a base fiscal e a base contábil para fins de IFRS, mesmo quando estes ativos não são depreciados. Conseqüentemente, na adoção inicial do IFRS, a Sociedade registrou imposto de renda diferido passivo sobre a diferença entre a base fiscal e a base do IFRS das terras, decorrente da reavaliação das terras que não estão sujeitas a depreciação, ocorrida antes da adoção inicial do IFRS.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não é constituída provisão para impostos diferidos passivos sobre a reavaliação dos ativos não depreciáveis.

c.7) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os itens de reconciliação entre o BR GAAP e o IFRS correspondentes aos itens c.1), c.2) e c.3) anteriores.

c.8) Outras diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS que não impactaram o prejuízo líquido consolidado nem o patrimônio líquido da Sociedade

As principais diferenças de apresentação nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidado entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS são como segue:

- Depósitos judiciais: de acordo com o IFRS, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo, por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos de acordo com IAS 1, “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade apresentou os depósitos judiciais relacionados aos processos que estão em discussão judicial como uma conta redutora da provisão para contingências. O valor dos depósitos judiciais nas demonstrações financeiras consolidadas reclassificados para fins de IFRS em 31 de março de 2009 é de R\$ 32.644 (R\$ 27.850 em 31 de março de 2008).
- Ativos biológicos: de acordo com o IFRS os gastos relacionados com os tratos culturais e as lavouras de cana-de-açúcar são apresentados como ativos biológicos no balanço patrimonial. De acordo com o BR GAAP, estes saldos são apresentados como estoques e imobilizados, respectivamente. Os valores dos tratos culturais e da lavoura de cana-de-açúcar consolidados, reclassificados de estoques e imobilizado, respectivamente, para ativos biológicos para fins de IFRS em 31 de março de 2009 são de R\$ 117.090 e R\$ 379.438, respectivamente (R\$ 103.480 e R\$ 312.078 em 31 de março de 2008, respectivamente).

d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido de acordo com IFRS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo no início do exercício	1.355.915	1.447.699
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(89.631)	(87.697)
Distribuição de dividendos	-	(4.087)
Aquisição de ações em tesouraria	(1.899)	-
Aumento de capital dos minoritários	17.027	-
Saldo no final do exercício	<u>1.281.412</u>	<u>1.355.915</u>

e) Divulgações adicionais requeridas pelo IFRS

e.1) Lucro (prejuízo) por ação

De acordo com o IAS 33, “Lucro por Ação”, as companhias abertas devem divulgar o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido do período, atribuível aos acionistas, pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro (prejuízo) diluído por ação, considerando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações a serem potencialmente emitidas. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados como ações potenciais.

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramentos de ações. Se essas alterações ocorrerem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação daquelas, ou de quaisquer demonstrações financeiras de períodos anteriores, devem ser baseados no novo número de ações.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o lucro (prejuízo) por ação é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de lucro (prejuízo) por ação diluído. Não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramentos ou agrupamentos de ações ou transações similares.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação, básico e diluído:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas da Sociedade	(79.959)	(89.051)
Média ponderada de ações ordinárias - milhares	112.946	113.000
Prejuízo por ação - básico e diluído - R\$	(0,7079)	(0,7881)

Em 31 de março de 2009 e de 2008, a Sociedade não possui ações ordinárias potenciais com efeito dilutivo e, portanto, o prejuízo por ação diluído é equivalente ao prejuízo por ação básico, conforme demonstrado na tabela anterior.

f) Adoção de novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS

f.1) Novos pronunciamentos, interpretações e revisões com aplicação obrigatória em 2008 e 2009

Os seguintes novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS estão em vigor na data de suas demonstrações financeiras:

- Em agosto de 2005, o IASB emitiu o IFRS 7, “Instrumentos Financeiros: Divulgação”, que prevê requerimentos adicionais de divulgações em relação à significância de instrumentos financeiros e informações qualitativas e quantitativas em relação à exposição de riscos relacionadas a esses instrumentos. Considerando que a nota de reconciliação apresentada neste relatório não representa um conjunto completo de demonstrações financeiras requerido pelo IFRS, a Sociedade entende que este pronunciamento não é aplicável na data das demonstrações financeiras.
- O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC) emitiu as seguintes interpretações válidas a partir de 2007, as quais foram avaliadas pela Sociedade e não geraram impacto às suas demonstrações financeiras: IFRIC 7, “Aplicação do Método de Reapresentação Segundo o IAS 29: Elaboração de Relatórios Financeiros em Economias Hiperinflacionárias”; IFRIC 8, “Escopo do IFRS 2”; IFRIC 9, “Reavaliação de Derivativos Embutidos”; e IFRIC 10, “Elaboração de Relatórios Financeiros Intermediários e Redução ao Valor Recuperável”. A adoção dessas Interpretações não levou a nenhuma mudança nas práticas contábeis da Sociedade.
- O Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC) emitiu as seguintes interpretações válidas a partir de 2008, que foram avaliadas pela Sociedade e não geraram impacto às suas demonstrações contábeis: IFRIC 11, “Transações com Ações de Empresas do Grupo em Tesouraria”; IFRIC 12, “Contratos de Concessão de Serviços”; e IFRIC 14, “IAS 19 Limite sobre Ativos Decorrentes de Planos de Benefício Definidos, Requerimentos Mínimos de Capitalização e sua Correlação”. A adoção dessas Interpretações não levou a nenhuma mudança nas políticas contábeis da Sociedade.

f.2) Novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS adotados de forma antecipada

Os seguintes novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS foram adotados de forma antecipada pela Sociedade até a data de suas demonstrações financeiras:

- IAS 23, “Custos de Empréstimos”: em março de 2007, o IASB emitiu uma versão revisada do IAS 23, que trata da inclusão no ativo dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, com aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem em/ou após 1º de janeiro de 2009, com aplicação antecipada permitida.

f.3) Novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS ainda não adotados

Até a data das demonstrações contábeis, os seguintes novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS haviam sido emitidos, porém a sua adoção ainda não era obrigatória:

- IFRS 8, “Segmentos Operacionais”.
- IFRS 3 (revisado), “Combinação de Negócios”, e IAS 27 (revisado), “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais”.
- Alterações do IFRS 2, “Pagamentos Baseados em Ações - Condições de Elegibilidade e de Cancelamento”.
- IAS 39, “Alterações Relacionadas aos Itens Elegíveis para ‘Hedge Accounting’”.
- IFRS 1 (revisado e reestruturado em 2008), “Alterações Relacionadas aos Custos de Investimento em uma Subsidiária nas Demonstrações Financeiras da Controladora na Adoção Inicial do IFRS”.
- IAS 1 (revisado), “Apresentação das Demonstrações Financeiras”.
- IAS 1, “Alterações Relacionadas aos ‘*Puttable Instruments*’ e as Obrigações Decorrentes da Liquidação”.
- IFRIC 13, “Programas de Fidelização de Clientes”
- IFRIC 15, “Acordos para Construção de Bens Imobiliários”.
- IFRIC 16, “*Hedge* dos Investimentos Líquidos no Exterior”.
- IFRIC 17, “Distribuição de Ativos Não Monetários aos Acionistas”.
- IFRIC 18, “Transferência de Ativos de Clientes”.

A Sociedade irá adotá-las a partir de 1º de abril de 2009, e, com base na sua avaliação inicial, a referida adoção não impactará as suas demonstrações financeiras de forma significativa.

Relatório da Administração

Pradópolis, 29 de junho de 2009.

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2009.

No exercício social de 2009 (período de abril/2008 até março/2009), continuamos a executar nossa estratégia de crescimento de longo prazo, com a inauguração da Usina Boa Vista, que adicionou 1,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no grupo São Martinho. Com isso, nossa moagem da safra 08/09 atingiu 12 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 17,4% em relação à safra anterior.

Adicionalmente, o exercício de 2009 foi marcado pela primeira safra fora do sistema Copersucar, sendo que tínhamos o desafio de estruturar toda a área comercial e logística em tempo recorde. Esse processo foi concluído com sucesso, e já podemos observar o reflexo em nossos resultados.

No exercício social de 2009, destacaram-se os seguintes eventos:

- 1) Encerramento do processo de profissionalização da gestão com a nomeação do Sr. Fábio Venturelli como Diretor-Presidente;
- 2) Divulgação do novo plano estratégico até a safra 2020/21, onde o Grupo São Martinho atingirá a moagem de 30 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Os pilares de crescimento do grupo serão no mercado de açúcar, etanol combustível, co-geração de energia elétrica e produtos de maior valor agregado dentro da cadeia de álcoolquímica;
- 3) Constituição do consórcio, "ALLICOM", com os grupos Santa Cruz e USJ, com objetivo principal em ganhar escala na comercialização de açúcar e etanol no mercado interno quanto no externo;

Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2009 bem como as perspectivas para a safra 09/10 (exercício social de 2010).

Diretor Presidente
Fábio Venturelli

1. Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do Brasil - possui, atualmente, capacidade de moagem de 13,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (3,0 milhões na Unidade Iracema, 8,0 milhões na Unidade São Martinho e 2,2 milhões na Unidade Boa Vista). Até a safra 2011/12, mais 1,2 milhão de toneladas serão adicionadas, com a conclusão da primeira fase da Usina Boa Vista.

Na safra 08/09 o Grupo São Martinho atingiu 12,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada, volume 17,4% superior ao da safra passada, devido principalmente ao início das operações na Usina Boa Vista. Foram produzidos 287 mil m³ de álcool anidro, 387 mil m³ de álcool hidratado e 555 mil toneladas de açúcar. Com isso, fechamos a safra com mix de produção de 67% álcool e 33% açúcar em linha com a estratégia de priorizar a produção de álcool dado o forte crescimento da demanda do produto no mercado interno.

Nossas vendas líquidas consolidadas na safra 08/09 atingiram R\$ 774,4 milhões, sendo 64% destinado para o mercado local e 36% para o mercado externo. O principal produto que alavancou nossas vendas no mercado local foi o álcool hidratado, que somou R\$ 261,6 milhões ou 34% da receita líquida.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado

Preços Médios	2009 (*)	2008 (**)	Var. %
Dólar	1,98	1,86	6,4%
NY11 Cents / Libra	12,14	10,38	17,0%
Álcool Anidro (MI)	849,41	780,55	8,8%
Álcool Hidratado (MI)	721,94	682,37	5,8%
Petróleo (WTI)	86,61	82,03	5,6%

(*) Refere-se ao exercício social de 2009 (abril de 2008 a março de 2009)

(**) Refere-se ao exercício social de 2008 (abril de 2007 a março de 2008)

O exercício social de 2009 (correspondente ao período de abril/2008 até março/2009) foi marcado por profundas alterações no cenário econômico global, refletindo a crise do sistema financeiro internacional. Os impactos no sistema de crédito e a crise de confiança instalada principalmente desde setembro de 2008 alteraram as perspectivas relacionadas à taxa de câmbio, crescimento econômico, preço das commodities e inflação para os próximos anos. Conseqüentemente, os ajustes na economia real já se iniciaram inclusive nos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, os reflexos da crise estão sendo sentidos em menor intensidade, porém o cenário demanda atenção e disciplina financeira para enfrentar os tempos atuais.

Neste contexto, com relação ao nosso setor de atuação, o exercício de 2009 foi marcado pela melhora do preço do açúcar cotado em US\$ e pela forte desvalorização cambial ocorrida principalmente a partir de setembro de 2008. Esta combinação acabou favorecendo os produtores brasileiros de açúcar que viram o preço do produto em Reais crescer 24,4% ao compararmos a safra atual com a anterior.

O principal motivo para a melhora do preço de açúcar nesta safra refere-se à forte queda na produção de açúcar na Índia que ao lado do Brasil é um dos principais *players* no mercado global de açúcar. Na safra passada (2007/08) a cotação do açúcar estava muito pressionada devido ao crescimento na oferta por parte da Índia. Nesta safra, no entanto, a Índia reduziu fortemente a produção de açúcar, pois a área anteriormente dedicada ao cultivo de cana cedeu lugar para outras culturas, como arroz, trigo, etc, que apresentavam melhor rentabilidade para os produtores locais na época.

Com relação ao mercado de álcool, a produção na região Centro-Sul, responsável por mais de 90% da produção brasileira, aumentou aproximadamente 4,9 bilhões de litros na safra 08/09. Tal aumento foi direcionado principalmente para abastecer o mercado interno que cresceu 4,0 bilhões de litros, o que representa um aumento na demanda da ordem de 24%.

No mercado externo, a desvalorização do real frente ao dólar e algumas janelas de exportação para os EUA no início da safra 2008/09, impactaram positivamente o preço para o produtor. O volume exportado de etanol apresentou crescimento de 37,9% sobre a safra passada, alcançando 4,2 bilhões de litros.

3. Recursos Humanos

A política de Gestão de Pessoas da Companhia é voltada para a motivação das equipes e busca de melhores resultados.

É cultura e tradição do Grupo São Martinho a preocupação com seus colaboradores e a realização de investimentos junto a seus recursos humanos. Nos últimos anos, esta política recebeu uma melhor gestão, o que trouxe ganhos efetivos para toda a organização, que hoje conta com mais de 8 mil colaboradores. Abrir oportunidades, capacitar e motivar dentro de rígidos padrões de segurança, saúde e bem-estar tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para preparar suas equipes a enfrentar desafios cada vez maiores. Por isso, o Grupo São Martinho se transforma continuamente em um ambiente melhor e mais seguro para se trabalhar.

Gestão de Pessoas:

Oportunidades no início da carreira: Para um jovem, começar uma carreira profissional, é preciso esforço e uma chance proporcionada pelo mercado. Para as empresas, oferecer uma oportunidade é uma aposta no futuro e na descoberta de novos talentos. Por isso, o Grupo São Martinho criou programas para abrir vagas e atrair jovens que estejam fazendo curso técnico, cursando uma faculdade ou que tenham curso superior completo e que acabaram de se formar.

Estagiário: O programa tem o objetivo de aprimorar profissionalmente o estagiário em sua área de estudo na faculdade, possibilitando assim um conhecimento prático da realidade e das atividades da empresa de forma remunerada. Em 2009, o Grupo São Martinho oferece estágio a mais de 30 jovens espalhados pelas usinas São Martinho, Iracema e Boa Vista, e também

na Omtek, além de dezenas de vagas para o Programa Aprendiz Senai, estágio remunerado e técnico voltado para atividades na indústria.

Trainee: Visando a formação de pessoas para garantir sustentabilidade ao crescimento do negócio do Grupo São Martinho, foi criado, no final do ano de 2007, o Programa de *Trainees* do projeto “Líderes do Futuro”. O Projeto tem dois anos de duração, e hoje conta com 22 jovens recém-formados. Neste período eles desenvolvem e acompanham projetos na área onde atuam, recebem treinamento e acompanhamento em um programa de desenvolvimento modular, que tem como meta oferecer fundamentação teórica, desenvolver competências e promover o crescimento pessoal.

Remuneração: O Grupo São Martinho adota como prática oferecer uma remuneração a seus colaboradores acima da média do mercado em que está inserido, com uma política estabelecida de cargos e salários que valoriza o desempenho. Para tanto, além da remuneração fixa e Previdência Privada, utiliza o PPR – Programa de Participação nos Resultados e a Remuneração Variável, que representam até 18% da remuneração total dos colaboradores e se baseiam em critérios de produtividade, qualidade, segurança e assiduidade, entre outros.

PPR: Com meta na apuração anual e foco no orçamento e no desempenho geral da empresa, é válido para todos os colaboradores, que podem obter até dois salários a mais por ano dependendo das metas alcançadas e do resultado geral da empresa.

Remuneração Variável: A companhia adota também a remuneração variável, que se realiza mensalmente, baseada nos indicadores de metas, na performance das equipes, processos e no desempenho individual. É válida para os colaboradores das áreas agrícola e industrial, que podem assim obter um incremento substancial em seus ganhos a cada mês.

Benefícios: Como salário indireto, o Grupo São Martinho oferece um completo pacote de benefícios que chega a representar 15% do mix de remuneração dos colaboradores. São eles: Plano de Saúde, Seguro Saúde (nível gerencial), Cobertura Acidente de Trabalho (custo 100% da empresa), Auxílios complementares (órteses, próteses etc), Assistência Odontológica, Assistência Farmacêutica, Refeição, Cartão Alimentação / Cesta Básica, Transporte, Seguro de Vida, Cesta de Natal, entre outros específicos oferecidos na unidade.

Segurança: A companhia adota os mais rígidos padrões de segurança para evitar qualquer acidente de trabalho e oferecer um ambiente e uma atividade laboral com riscos mínimos à saúde do colaborador, que utiliza EPIs de primeira linha. Mas o Grupo São Martinho sabe que a maior arma contra o acidente de trabalho é a conscientização e o comprometimento do colaborador em relação às normas e atitudes. Por isso, desenvolve um trabalho intenso de prevenção, com diálogos de segurança diários na indústria e na área agrícola, equipes de Segurança no Trabalho e CIPAs (Comissão Interna de Prevenção

de Acidentes) atuantes, e SIPATs (Semana interna de prevenção de acidente do trabalho) concorridas com palestras e apresentações teatrais.

Saúde Ocupacional: Além de uma estrutura que atende a toda legislação vigente, com equipes e equipamentos de apoio para atender demandas programadas e pontuais, o Grupo São Martinho oferece programas adicionais que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da companhia (industrial, agrícola e administrativa), previne lesões, corrige posturas e melhora o desempenho no trabalho dos colaboradores.

Treinamento / Capacitação: Os colaboradores do Grupo São Martinho recebem treinamento todos os anos com conteúdo técnico, prático e comportamental. A companhia acredita que a capacitação constante de seus recursos humanos é a melhor maneira de preparar a organização para enfrentar os desafios do futuro, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. Estes atributos também são desenvolvidos com treinamento comportamental, investimento em prática na companhia há quase uma década e pelo qual passam todos os colaboradores a cada ano, sempre estimulando e consolidando mudanças de atitude e de comportamento.

Bolsas de Estudo

Programa desenvolvido em todas as unidades do grupo que tem como objetivo principal o desenvolvimento das competências necessárias para alavancar a performance dos colaboradores. O programa contempla cursos de nível técnico, graduação e pós-graduação.

4. Investimentos

Investimentos			
Em R\$ Mil			
Capex (Manutenção)	12M09	12M08	Var.%
Plantio de Cana	81.967	62.429	31,3%
Industriais / Agrícolas	102.158	91.467	11,7%
Sub Total	184.125	153.896	19,6%
Investimentos em Modernização / Mecanização / Expansão			
Industriais / Agrícolas	3.374	20.463	-83,5%
Outros	11.120	1.114	898,2%
Sub Total	14.494	21.577	-32,8%
Investimentos na Usina Boa Vista (Greenfield)			
Plantio de Cana	63.159	64.355	-1,9%
Industriais / Agrícolas	195.655	279.373	-30,0%
Sub Total	258.814	343.728	-24,7%
Total Geral	457.433	519.201	-11,9%

Os investimentos do Grupo São Martinho no exercício social de 2009 concentraram-se na ampliação da capacidade de moagem da Usina Boa Vista, que na safra 09/10 moerá 2,2 milhões de toneladas.

O Capex de manutenção nos 12M09 totalizou R\$ 184,1 milhões o que representa um crescimento de 19,6% em relação aos 12M08. O maior acréscimo concentrou-se nos investimentos em plantio, uma vez que aumentamos o número de hectares reformados. Para o próximo exercício, esperamos investir aproximadamente R\$ 160 milhões em nosso Capex de manutenção, retornando para o valor histórico de dispêndios.

5. Governança Corporativa e Política de Dividendos

5.1. Governança Corporativa

A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais.

Para o atendimento aos os investidores, desde o início das negociações das ações na Bovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras.

5.2. Política de Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

6. Perspectivas

Perspectivas para as Próximas Safras

Açúcar

Ao longo do exercício social de 2009, o preço médio do açúcar em Reais ficou 24,4% acima do exercício de 2008, resultado da combinação de desvalorização cambial e aumento dos preços do açúcar (NY11) em 6,4% e 17,0%, respectivamente.

No início da safra 2008/09, esperava-se que a produção de açúcar na Índia ficasse entre 20 a 22 milhões de toneladas. No entanto, os últimos dados relacionadas à oferta indiana de açúcar revelam que a produção foi de aproximadamente 15 milhões de toneladas, o que contribuiu fortemente para a recuperação da cotação do açúcar no mercado internacional.

No caso do Brasil, a safra da região Centro Sul, encerrada em março de 2009, confirmou a expectativa inicial de uma safra mais alcooleira, com apenas 39,5% do total de cana de açúcar processada sendo direcionada para a produção de açúcar. Este percentual significou a produção de aproximadamente 27 milhões de toneladas de açúcar nesta safra com exportações estimadas em 18 milhões de toneladas.

Cabe destacar que esta melhora de preços observada principalmente no final da safra 2008/09, tem prevalecido no início da safra 2009/10, devido às estimativas mais recentes relacionadas ao balanço de oferta e demanda de açúcar para os próximos meses.

O déficit estimado da produção global de açúcar na safra 2009/10 poderá alcançar 4,7 milhões de toneladas, mesmo considerando um aumento na produção indiana da ordem de 22%, passando de 15 milhões para 18 milhões de toneladas de açúcar. Acreditamos que tal déficit será suficiente para manter o preço médio do açúcar (NY11) acima de US\$ 15,00 *cents/pound* durante toda safra 2009/10, proporcionando aos produtores brasileiros uma rentabilidade bem superior às últimas duas safras (2007/08 e 2008/09).

Em relação ao Brasil, a produção de açúcar na região Centro-Sul deverá crescer 16% atingindo 31,1 milhões de toneladas. Tal crescimento é decorrente da alteração de mix privilegiando a produção de açúcar em detrimento do etanol, sendo que no cenário atual de preços, o açúcar está remunerando até 50% a mais do que o etanol.

Álcool

No comparativo 12M09 x 12M08, houve incremento de 8,8% no preço do álcool anidro e de 5,8% no preço do álcool hidratado, este último sustentado pelo forte crescimento da venda de veículos *flex-fuel* (+16% y/y) no mercado doméstico.

Gráfico 1

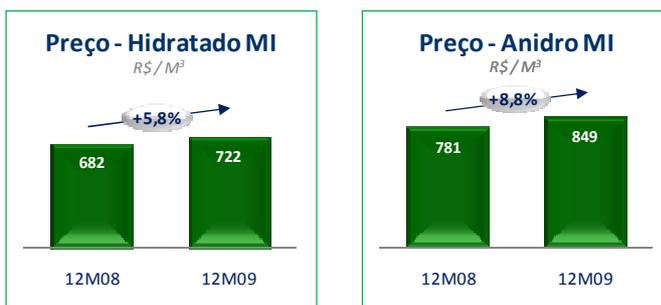
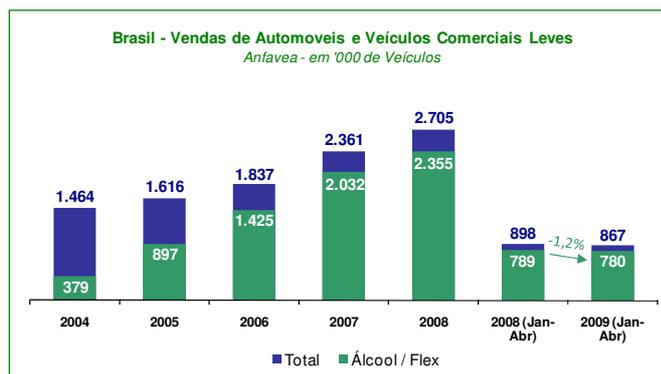


Gráfico 2



No mercado externo, a desvalorização do real frente ao dólar e algumas janelas de exportação para os EUA no início da safra 2008/09, impactaram positivamente o preço para o produtor brasileiro, com valorização de 18,1% e 16,4%, para o anidro e o hidratado, respectivamente.

Conforme detalhamos em nosso “*Earnings Release*” do 3T09, esperávamos uma recuperação mais forte dos preços de etanol após novembro/2008, período em que historicamente observamos melhores preços em decorrência do encerramento da safra.

No entanto, a delicada situação financeira de muitas empresas do setor sucroalcooleiro, combinada com a crise internacional, ocasionou um congelamento do crédito para grande parte das empresas do setor. Assim, a necessidade de caixa vem obrigando as companhias a vender o etanol abaixo do custo de produção, apesar da crescente demanda pelo produto no mercado doméstico.

A produção de etanol no Brasil deve apresentar crescimento de apenas 1,1 bilhão de litros, totalizando 28,3 bilhões de litros na safra 2009/10. Do lado da demanda, esperamos um acréscimo no mercado doméstico de aproximadamente 3 bilhões de litros, devido à combinação de: 1) manutenção do volume de vendas de veículos *flex-fuel* em relação às vendas registradas em 2008 (aproximadamente 2,3 milhões de veículos) e; 2) aumento do consumo de etanol pela crescente participação dos veículos *flex-fuel* na frota nacional que subiu de 400 mil em 2004 para 7,1 milhões de veículos em dezembro/2008. Com isso, esperamos que o consumo doméstico de etanol fique em torno de 25 bilhões de litros na safra 2009/10, restando apenas 3 bilhões de litros para destinarmos ao mercado externo. Importante ressaltar que este volume previsto para exportação de etanol corresponderia à mínima histórica do setor.

7.Comentário sobre o desempenho no exercício –valores consolidados (*)

Principais Indicadores Em Milhares de Reais	2009	2008	Var. %
Receita Operacional Líquida	774.443	712.420	8,7%
Açúcar	229.102	273.849	-16,3%
Álcool Anidro	196.864	257.985	-23,7%
Álcool Hidratado	284.658	145.028	96,3%
Outros	63.818	35.557	79,5%
Lucro (Prejuízo) Operacional	(131.816)	(71.271)	85,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(71.865)	(48.794)	47,3%
EBITDA Ajustado (**)	189.792	132.813	42,9%
Margem EBITDA Ajustado	24,5%	18,8%	5,67 p.p.
Dívida Líquida	941.538	566.033	66,3%

(*) Considerando os últimos 12 meses (Abril/08 – Março/09 e Abril/07 - Março/08)

(**) Para fins de comparação com outras empresas do setor, o EBITDA é ajustado por efeitos não recorrentes como provisão de ajustes de estoques a valor de mercado, reversão de provisões fiscais, venda de imobilizado e despesas administrativas não-recorrentes. Adicionalmente, no exercício de 2008, excluímos do EBITDA os ganhos não-recorrentes com operações de hedge refletidos na receita líquida da Companhia que na época ainda fazia parte da Copersucar.

A receita líquida consolidada da São Martinho no comparativo 12M09 x 12M08 apresentou um aumento de 8,7%, como resultado da melhora de preços do açúcar e etanol em relação à safra 2007/08. O volume vendido em (em ATR equivalente) apresentou ligeira baixa de 3,5% em comparação aos 12M08.

No comparativo 12M09 x 12M08 o prejuízo operacional da Companhia aumentou de R\$ 71,3 milhões para R\$ 131,8 milhões, impactado principalmente pela piora do resultado financeiro líquido do exercício devido à desvalorização cambial ocorrida em 2008. Importante destacar que o resultado antes dos efeitos financeiros, passou de um prejuízo de R\$ 62,3 milhões nos 12M08 para um lucro de R\$ 40,7 milhões nos 12M09, refletindo os melhores preços obtidos com as vendas realizadas no período.

O EBITDA ajustado da Companhia apresentou melhora de 42,9% no comparativo 12M09 x 12M08, atingindo R\$ 189,8 milhões no acumulado dos 12 meses do exercício 2009. A margem EBITDA também apresentou uma melhora de 5,7 pontos percentuais alcançando 24,5% nos 12M09, contra 18,8% na safra anterior.

8. Fontes de Recursos

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

Endividamento Em Milhares de R\$	Mar/09	Mar/08	Var%.
PESA	79.858	82.818	-3,6%
Crédito Rural	42.809	62.174	-31,1%
BNDES / FINAME	523.396	371.925	40,7%
Capital de Giro	32.671	36.361	-10,1%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	214.280	-	n.m.
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	237.706	-	n.m.
Outros	881	1.120	-21,3%
Total Endividamento Bruto (Direto Mercado)	1.131.601	554.398	104,1%
Outras Obrigações Financeiras Copersucar			
Endividamento Financeiro Copersucar	-	84.169	n.m.
Total Dívida Financeira por meio da Copersucar	-	84.169	n.m.
Dívida Bruta Total	1.131.601	638.567	77,2%
Disponibilidades	190.063	72.534	162,0%
Dívida Líquida	941.538	566.033	66,3%
Dívida Líquida ex. PESA	861.680	483.215	78,3%

Em 31 de março de 2009, o endividamento bruto consolidado da São Martinho totalizava R\$ 1.131 milhões, representando um aumento de 77,2% ao compararmos com o montante em 31 de março de 2008.

As disponibilidades totalizavam R\$ 190,0 milhões em 31 de março de 2009, apresentando um aumento de 162% em comparação com o saldo de R\$ 72,5 milhões em 31 de março de 2008. As principais razões para o aumento do endividamento líquido (ex. PESA) de R\$ 378,5 milhões foram: 1) Investimentos na Usina Boa Vista, que nos últimos 12 meses totalizaram R\$ 258,8 milhões e 2) impacto contábil (sem efeito em nosso fluxo de caixa), proveniente da variação cambial no valor de R\$ 114,8 milhões.

9. Sustentabilidade

Um dos principais valores da Sociedade é o desenvolvimento sustentável de seus negócios. As usinas do Grupo São Martinho reaproveitam todos os subprodutos dos seus processos industrial e agrícola, estudando e desenvolvendo permanentemente alternativas que possibilitem utilizá-los, de forma racional e responsável, no plantio e cultivo da cana-de-açúcar.

Reaproveitamento de Resíduos: No setor sucroenergético, praticamente nada se perde, tudo se transforma. As usinas do Grupo São Martinho reaproveitam os resíduos gerados em seus processos para adubação orgânica da cultura de cana-de-açúcar. Através do esforço conjunto entre toda a área agrícola e industrial, o aproveitamento racional desses subprodutos permite aumentar a produtividade, substituindo parcial ou totalmente, em algumas áreas, os fertilizantes minerais. Assim, a empresa ganha com a diminuição de custo com a aquisição de insumos e a comunidade ganha com a preservação do meio ambiente.

Bagaço da Cana: Resultante da extração do caldo de cana, o bagaço gerado é utilizado como combustível nas caldeiras, gerando energia térmica (vapor)

utilizada nos processos industriais da indústria sucroalcooleira e também a energia elétrica que abastece a usina durante toda a safra. O excedente da energia elétrica gerada, principalmente na moderna planta da Usina Boa Vista, é vendido para as concessionárias do setor elétrico, para ser distribuída através de suas redes, resultando em faturamento adicional para a companhia. O excedente de bagaço é vendido para outras indústrias da região, principalmente processadoras de suco de laranja.

Vinhaça: É um resíduo líquido da destilação do mosto para a produção do etanol e tem elevado teor de potássio, um nutriente essencial para a nutrição da cana-de-açúcar. A vinhaça contém também, em menores quantidades, outros nutrientes essenciais e matéria orgânica, importantes para a adequada nutrição da cana-de-açúcar. Através de processos rigorosamente controlados, a vinhaça é direcionada para a lavoura, sendo aplicada através do sistema de aspersão em grande parte dos canaviais do Grupo São Martinho. A fertirrigação tecnicamente planejada e conduzida contribui para a elevação da produtividade da cultura canavieira e equaciona o aspecto da preservação ambiental em relação ao destino final da vinhaça.

Torta de Filtro: Resultante da filtração do caldo clarificado, a torta de filtro é rica em fósforo e outros macro e micronutrientes, além de matéria orgânica. Processada em modernas Centrais de Compostagem existentes nas três unidades do Grupo São Martinho, a torta, enriquecida pela adição de outros sub-produtos como cinza e fuligem das caldeiras, além de alguns insumos agrícolas, resulta em um fertilizante orgânico de alta qualidade e grau de padronização, que é utilizado de forma racional na lavoura, substituindo com vantagem técnica e econômica parte significativa dos insumos que seriam adquiridos para garantir a nutrição da cultura canavieira.

Biofábrica: Visando diminuir os impactos ambientais que normalmente resultam do emprego indiscriminado de defensivos agrícolas, o Grupo São Martinho investiu na implantação de uma biofábrica para produção dos inimigos naturais das principais pragas que atacam a cultura da cana-de-açúcar. A Biofábrica é formada por dois laboratórios, um de Entomologia para a produção de vespas (*Cotesia flavipes*), destinadas ao controle da larva da *Diatraea saccharalis* (broca da cana-de-açúcar), e o laboratório para a produção de *Metarhizium anisopliae* e *Beauveria bassiana*, fungos entomopatogênicos que parasitam e controlam a cigarrinha (*Mahanarva fimbriolata*) e o bicudo da cana (*Sphenophorus levis*).

Tendo por filosofia o controle biológico das pragas da cana, a empresa evita os impactos ambientais gerados pelo uso de defensivos agrícolas, reduzindo os custos de produção e mantendo a produtividade do canavial com baixo ou nenhum impacto ambiental.

Uso Racional da Água: O Grupo São Martinho vem investindo em projetos para reduzir o consumo de água em seus processos de produção de açúcar e etanol. A água potável é essencial para o planeta, mas trata-se de um bem finito. Esta é uma preocupação cada vez maior para cidadãos, empresas e países, que estão se empenhando em utilizá-la de maneira racional. A companhia vem reduzindo a captação de água do meio ambiente e, tanto na área agrícola quanto na área industrial, vem promovendo um grande esforço para eliminar o desperdício, tornando a sua utilização cada vez mais racional.

Toda a água utilizada no processo industrial é submetida á tratamento, onde tem recuperada a sua característica original, sendo então devolvida aos rios, de acordo com as especificações exigidas pela Legislação Ambiental.

Além de investimentos que levam ao reaproveitamento de materiais e melhorias na tecnologia de produção, o Grupo São Martinho investe fortemente em projetos sócio-ambientais, conforme descrito a seguir.

9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais

Capacitação para o primeiro emprego:

A companhia, em parceria com entidades localizadas nos municípios em que atua, criou programas que propiciam experiência de trabalho e conhecimento para cerca de 45 jovens de 16 a 18 anos. Todos devem estar estudando e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidade, além de salário, benefícios e a oportunidade de continuar a trabalhar na companhia ao final do programa e de acordo com processo seletivo:

- Projov: Programa desenvolvido em parceria com a AAPMP - Associação de Amparo e Proteção ao Menor de Pradópolis (SP), reúne cerca de 24 adolescentes na Usina São Martinho.

- Patrulheiro: Através de convênio com a Associação Oficina Mãe – Patrulheiros de Itacemópolis (SP), cuja sede foi cedida pela companhia em regime de comodato, conta com aproximadamente 10 patrulheiros na empresa.

- Brigadeiro: A parceria com a Brigada Mirim Ambiental de Quirinópolis (GO) tem início em 2009, com sete brigadeiros de 16 a 18 anos. (Projeto realizado, em parceria com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

“Estação Cultura” - Colaboradores da Unidade São Martinho participam, juntamente com familiares do “Programa Família na Empresa – Estação Cultura”, que tem como objetivo integrar as famílias, promover acesso à cultura, através das apresentações do projeto “Juventude tem Concerto”, da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto.

Em alguns domingos do ano, os colaboradores e seus familiares visitam a usina e seus projetos ambientais e, posteriormente viajam até Ribeirão Preto, onde assistem ao espetáculo musical no Teatro D. Pedro II. Em 2008, 104 pessoas participaram da iniciativa nos meses de abril, junho e setembro. E em 2009 o projeto já beneficiou 71 pessoas.

“Telessalas” - Iniciativa da Usina Itacema em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São duas telessalas de ensino fundamental e duas de ensino médio em instalações cedidas pela Usina Itacema em Itacemópolis (SP), totalizando 160 vagas anuais para colaboradores da usina e pessoas da comunidade, além de mais duas telessalas, com 80 vagas anuais, implantadas desde 2003 em Limeira na EMEI

Mário Covas, todas com equipamentos, material didático e monitores custeados pela usina.

Salas de Desenvolvimento Psicossocial - O projeto contemplou a construção de salas de desenvolvimento psicossocial na Fundação Lions, bem como a reforma de outras áreas do Centro de Ensino Especial "Dr. Alfredo Mariz Costa", em Quirinópolis (GO), proporcionando melhor atendimento às pessoas com deficiência atendidas pela instituição. Em 2008, foram atendidos 58 alunos de 0 a 30 anos em 200 dias letivos, número que cresceu para 65 alunos em 2009. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Projeto Segundo Tempo - O "Projeto Segundo Tempo" é um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar. Tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

A Usina Iracema é uma das patrocinadoras do projeto em Iracemápolis, em parceria com a instituição Bola Pra Frente, através de recursos financeiros mensais e cessão de seu complexo de lazer (campo de futebol, quadra poli-esportiva, banheiros e vestiários) para um dos núcleos do projeto.

Programa de Formação de Motoristas e Operadores - Com o aumento da mecanização agrícola e com o fim das queimadas já previsto em lei até 2014 em áreas mecanizáveis, é necessária a capacitação da mão-de-obra remanescente. Embora já tendo um elevado índice de mecanização, a companhia investe constantemente na capacitação de seus trabalhadores rurais. No Programa de Formação de Motoristas e Operadores, os colaboradores aprendem a operar tratores, máquinas e colhedoras de cana após treinamento teórico e prático. Esta ação tem suprido não somente a companhia com profissionais qualificados como também a demanda do mercado.

Programa de formação de mantenedores de máquinas agrícolas - Instituído em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, este programa tem o objetivo de capacitar o trabalhador rural a atuar com as demandas de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas nas usinas São Martinho e Iracema, principalmente em funções de solda, tornearia, mecânica, caldeiraria, eletroeletrônica e componentes, entre outros. Iniciado em 2008, conta inicialmente com 20 colaboradores que estão se aperfeiçoando e ampliando suas habilidades, não só para a companhia, mas também para as demandas do mercado. Vale destacar ainda treinamentos oferecidos aos colaboradores da área industrial para capacitação em operação e manutenção de equipamentos, também realizados em parceria com o SENAI.

Programa Capacitação da Comunidade e Aprendiz SENAI - O Programa Capacitação da Comunidade é realizado em parceria com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria de Rio Verde (GO), proporciona aprendizado e crescimento profissional para as comunidades de Quirinópolis, onde está

instalada a Usina Boa Vista, e no município vizinho de Paranaiguara. São disponibilizados cursos de metrologia, desenho técnico, mecânica diesel, mecânica industrial e eletroeletrônica. Desde 2007, quando o projeto teve início, já foram treinadas 300 pessoas e, dos 128 alunos capacitados em 2008, a Usina Boa Vista contratou 41. Outra iniciativa de interesse é o convênio Aprendiz SENAI, parceria da Usina São Martinho e Usina Iracema, que funciona como porta de entrada dos jovens profissionais na empresa e no mercado de trabalho. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Coleta Seletiva e Reciclagem – Programa 3R's - Projeto implantado em 2008 na Usina São Martinho e em fevereiro de 2009 na Usina Iracema, a coleta seletiva do lixo tem a missão de garantir a correta disposição de todos os resíduos gerados. Lixeiras apropriadas distribuídas pelas usinas do grupo recebem o lixo de forma separada de acordo com o material – papel, plástico, vidro, metal e orgânico, que, posteriormente, é destinado ao correto meio de reaproveitamento, gerando recursos que são utilizados no próprio projeto ou doados a entidades beneficentes da comunidade local. Resíduos industriais como óleos, lâmpadas, lã de vidro de isolamentos e aços são encaminhados para reprocessamento ou tratamento adequado, evitando a contaminação do meio ambiente.

9.2 Projetos Ambientais

Projeto Construção da sede da Galeatus - A Associação Galeatus é uma ONG - Organização Não Governamental com o objetivo de defender, preservar e restaurar o meio ambiente.

A construção de sua sede, uma reivindicação da comunidade de Quirinópolis e região, foi atendida pela Usina Boa Vista com o apoio do BNDES. Através da Galeatus, são realizados projetos e campanhas voltados para a Educação Ambiental.

Com o apoio financeiro da Usina Boa Vista e outro colaborador, firmou-se parceria com o Instituto Chico Mendes/RAN – Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios, em 2008 para o desenvolvimento de várias ações em Educação Ambiental. Neste mesmo ano a Usina Boa Vista e a Galeatus promoveram o Clubinho da Tartaruga, beneficiando 54 crianças através de encontros quinzenais, foram trabalhadas questões de educação ambiental e a campanha “Todos Contra o Fogo” que levou palestras educativas para as escolas, com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre os prejuízos ambientais causados pelo fogo criminoso e acidental em diversas áreas.

Centro de Educação Ambiental – CEA - O Centro de Educação Ambiental (CEA) inaugurado em 2000 na Usina São Martinho é uma experiência de sucesso e uma instrutiva forma de ensinar sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. O projeto, com infra-estrutura, equipamentos e recursos diferenciados, está há quase uma década em operação na Usina São Martinho, onde recebe mais de 6 mil visitantes por ano, a maioria estudantes dos ensinos médio e fundamental. A partir de meados de 2009 passa a funcionar também

na Usina Boa Vista. O CEA, que é conduzido por especialistas em gestão ambiental, disponibiliza informações sobre o uso da água, reciclagem de lixo, plantio de árvores nativas, solos e vegetação.

Viveiro de Mudas - O Grupo São Martinho mantém um viveiro de mudas localizado em Pradópolis (SP), que produz cerca de 300 mil mudas de árvores nativas por ano, e outro em Quirinópolis, que produz 30 mil, ambos para reflorestar as áreas de matas ciliares, e reserva legal, e fazer doações à comunidade, poder público, etc. São mais de 150 espécies de árvores, produzidas e utilizadas para reflorestar as matas ciliares das propriedades do Grupo, principalmente ao longo dos cursos d'água. Desta maneira, protege-se o meio ambiente, preservando a fauna e a flora original, prevenindo e evitando a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água.

Projeto "Viva a Natureza" - O Projeto "Viva a Natureza", iniciado em 2000 na Usina São Martinho, prevê o plantio de 1 milhão de mudas nativas até 2010 nas áreas de recomposição e matas ciliares em todos os municípios onde o grupo São Martinho possui propriedades. Com a participação dos alunos de escolas das regiões abrangidas pelas unidades do Grupo, comunidade e praticamente todos os colaboradores, o projeto tem a finalidade de sensibilizar as pessoas, educar e preservar a natureza. O crescente plantio tem atingido cerca de 150 mil mudas/ano na Usina São Martinho, alcançando a marca de 920 mil mudas em 2009. Na Usina Iracema são 80.000 mudas, alcançando a marca de 700.000 e na Usina Boa Vista 25.000 mudas, alcançando a marca de 50.000 mudas neste ano.

Colheita de Cana Crua: A colheita da cana sem o emprego da despalha a fogo é realizada em cerca de 80% dos canaviais das usinas São Martinho e Iracema e 100% na Usina Boa Vista. Dispensa a queimada da cana-de-açúcar, fazendo com que a sua palha permaneça no solo, conservando a umidade, protegendo-o contra a erosão e controlando grande parte das espécies de plantas daninhas, o que permite reduzir significativamente o emprego de herbicidas.

10. Aderência à Câmara de Arbitragem

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (este último quando e se instalado) estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do artigo 44 de seu Estatuto Social.

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Natureza do serviço	Vigência
Serviços de revisão tributária / fiscal permanente (Compliance).	Prazo Indeterminado
Serviços de auditoria externa anual e revisão limitada trimestral da empresa controlada Usina São Martinho S.A. e Usina Boa Vista S.A., incluído no contrato de serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Sociedade.	Abril de 2008 a Março de 2009
Serviços de revisão limitada anual e trimestral das empresas controladas e controladas em conjunto Omtex Indústria e Comércio Ltda, Mogi Agrícola S.A., Usina Santa Luiza S.A. e SMBJ AgroIndustrial S.A., incluídos no contrato de serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Sociedade.	Abril de 2008 a Março de 2009

A Sociedade, pelas regras do Novo Mercado da Bovespa, comprometeu-se a não contratar seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretem conflito de interesses ou prejuízo de sua independência.

Entendem a Sociedade e seus auditores que os demais trabalhos, por sua própria natureza e por seus valores não representativos (inferiores a 5% dos honorários dos auditores), não comprometem a independência da auditoria nem representam conflito de interesses.